



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CONJUNTA - CIÊNCIA TECNOLOGIA / RELAÇÕES EXTERIORES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0 439/12	DATA: 25/04/2012
INÍCIO: 10h24min	TÉRMINO: 13h41min	DURAÇÃO: 03h16min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h16min	PÁGINAS: 73	QUARTOS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCO ANTÔNIO RAUPP – Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.  
GLAUCIUS OLIVA – Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.  
GERALDO NUNES – Diretor substituto de Relações Internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.  
CARLOS NOBRE – Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento.

SUMÁRIO: Debate sobre as metas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para 2012, o resultado das ações desenvolvidas pela Pasta em 2011, o Programa Ciência sem Fronteiras, orçamento, o recente acidente na Antártida e a aplicação de recursos do pré-sal em pesquisa, ciência e tecnologia.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligível.  
Há oradores não identificados em breves intervenções.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública sobre as metas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para 2012, o resultado das ações desenvolvidas pela Pasta em 2011, o Programa Ciência sem Fronteiras, orçamento, o recente acidente na Antártida e a aplicação de recursos do pré-sal em pesquisa, ciência e tecnologia.

Trata-se de evento conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, fruto do Requerimento nº 104/12, dos Deputados Sandro Alex, Sibá Machado, Silas Câmara, Ruy Carneiro e deste Presidente, do Requerimento nº 121/12, do Deputado Antonio Imbassahy, do Requerimento nº 123/12, dos Deputados Luciana Santos e meu próprio, e ainda do Requerimento nº 124/12, do Deputado João Ananias, na Comissão de Relações Exteriores.

Está conosco aqui o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação Marco Antônio Raupp. Agradecemos desde já a sua presença, Ministro. É uma honra para todos nós ter a sua presença aqui.

Também está presente o Sr. Glaucius Oliva, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. E ainda teremos a presença do Sr. Geraldo Nunes, Diretor substituto de Relações Internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES.

Nós vamos ouvir primeiro as exposições e depois passaremos à fase, como em todas as audiências, de perguntas dos Srs. Deputados. Temos previsão de abertura da sessão plenária para continuação da discussão do Código Florestal; então, vamos já começar, para que nós possamos obter o maior proveito possível.

Ministro, eu quero saudá-lo, então, inicialmente, antes de lhe passar a palavra. Como já foi exposto aqui, o objetivo é exatamente o de obtermos algumas informações adicionais. Preocupa-nos um pouco a questão do corte orçamentário para o Ministério; nós sabemos que o Brasil tem um investimento em ciência e tecnologia que está abaixo da média internacional, e na medida em que o País vai crescendo, chegando às beiras de um país já desenvolvido, não mais um país em desenvolvimento, é evidente que nós precisamos da ciência e da tecnologia como base fundamental. Daí essa preocupação com o processo de cortes orçamentários, que sabemos que é comum, mas que nos pareceu muito elevado neste ano, além dos demais pontos que já foram aqui elencados.



O Projeto Ciência Sem Fronteira tem todo o apoio. Nós sabemos que é um grande projeto. Preocupa-nos só o cronograma, como implantá-lo mais rapidamente, de maneira, Srs. Deputados, que vou já passar a palavra ao Ministro Marco Antonio Raupp, que, como todos sabem, tem uma carreira brilhante, um currículo dos mais respeitados em todo o Brasil, e assumiu recentemente o Ministério de Ciência e Tecnologia em substituição ao Ministro Mercadante, que fez também um trabalho relevante e esteve aqui conosco no ano passado.

O Ministro tem a palavra.

**O SR. MINISTRO MARCO ANTONIO RAUPP** - Bom dia a todas e a todos. Eu queria saudar o Presidente Eduardo Azeredo e todos os Srs. Deputados membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, como também os da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu quero, Presidente, agradecer o convite e dizer que vim aqui acompanhado de assessores do Ministério da Ciência e Tecnologia, como Glaucius Oliva, que é Presidente do CNPq e é responsável, pelo lado do Ministério, pelo Programa Ciência Sem Fronteiras; temos aqui também Secretários do Ministério: o Dr. Eliezer Pacheco, responsável pela SECIS, que é a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério — quem opera todas as emendas parlamentares lá é o Dr. Eliezer —, e está aqui presente o Dr. Carlos Nobre também, responsável pela Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério. Eles estão aqui, à disposição dos Parlamentares, para qualquer questionamento. Além de mim, eles estão também à disposição. A CAPES também está presente, como os senhores sabem.

Esse Programa Ciência Sem Fronteiras é um programa da Presidência, da Presidenta Dilma. Não é um programa do nosso Ministério, nem do Ministério da Educação. O Ministério da Educação e o Ministério da Ciência e Tecnologia são executores desse programa, mas ele foi iniciado e é acompanhado de perto pela Presidenta Dilma.

Eu quero, então, agradecer também este convite a outros Deputados que estão presentes aqui e que têm grande interação conosco: Deputados Sandro Alex, Sibá Machado, Silas Câmara, Ruy Carneiro, Antonio Imbassahy, Luciana Santos e João Ananias. Esta é a minha primeira visita à Câmara na condição de Ministro da



Ciência, Tecnologia e Inovação, e é uma satisfação encontrar hoje tantos companheiros de longa data que sempre defenderam a pauta científica e tecnológica.

Quero cumprimentar, além de outros que eu já cumprimentei, o Deputado Carlinhos Almeida, o Deputado Newton Lima — que não estou vendo aqui, mas de repente ele aparece; é Presidente da Comissão de Educação, mas muito interessado na questão de ciência e tecnologia —, o Deputado Bruno Araújo, o Deputado Emanuel Fernandes, colega lá de São José dos Campos também, como Carlinhos, e Ariosto Holanda, que é um símbolo aqui na Câmara da defesa da ideia de que ciência e tecnologia dão uma grande contribuição para o desenvolvimento não só econômico mas social também do País. Ele foi um pioneiro e apresentou projetos aqui que se tornaram conceitos, que se transformaram em projetos de grande relevância para o País, como, por exemplo, dentre outros, o projeto dos CVTs.

Sr. Presidente, nós organizamo-nos da seguinte forma: eu vou falar aqui sobre política de ciência e tecnologia em geral, quais são os nortes das políticas e os grandes eventos com que nós estamos comprometidos neste ano na execução dessa política, e o Dr. Glaucius Oliva vai falar especificamente sobre o Ciência Sem Fronteiras, mostrando dados e especificidades que são importantes para o entendimento de como anda esse programa.

É para mim uma grande satisfação dispor de uma audiência qualificada como esta para falar sobre ações de ciência e tecnologia do MCTI, suas metas e alguns dos mais importantes programas conduzidos pela Pasta, isoladamente ou em cooperação com outros, e também em parceria com entidades da sociedade civil. Como os senhores sabem, em ciência e tecnologia basicamente as ações são transversais, dos vários setores, e a questão da parceria para nós é de fundamental importância para que esses nossos programas tenham realmente impacto, tenham eficácia e resultados concretos.

Esta audiência pública espelha de forma bastante clara o protagonismo que a tríade ciência, tecnologia e inovação assume no Brasil neste momento. Os requerimentos que deram origem ao convite contemplam temas diversos, revelando



a abrangência e a relevância dos temas afetos ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

O Brasil iniciou a estruturação de seu sistema de ciência e tecnologia somente na década de 50; ou seja, a ciência brasileira ainda é bastante jovem, mesmo quando comparada à de outros países da América Latina. Contudo, em pouco mais de meio século, conseguimos construir e organizar um sistema de geração de conhecimentos que hoje coloca o Brasil na 13ª posição no *ranking* mundial de produção científica. Anualmente, formamos mais de 50 mil pós-graduados, entre mestres e doutores, e contabilizamos mais de 230 mil profissionais dedicados à atividade de pesquisa e desenvolvimento. Trata-se de um sistema bem estruturado, dinâmico, maduro em diversas áreas, mas seu viés é eminentemente acadêmico.

Além de fazer esse sistema tornar-se cada vez mais robusto e produtivo, em termos de geração de conhecimentos de natureza acadêmica, precisamos também expandir sua capacidade de atuação, de modo a alcançar — talvez seja melhor mesmo dizer abraçar — o setor produtivo industrial e o de serviços para a realização de atividades de inovação tecnológica. Este certamente é um dos maiores desafios, não só do MCTI, mas de todo o Governo e de toda a sociedade (repito: de toda a sociedade): tornar a economia brasileira mais competitiva e com maior participação no mercado global por meio da inovação tecnológica.

Todas as nações desenvolvidas e também os países em desenvolvimento acelerado estão em uma corrida para conquistar postos de destaque na nova ordem econômica, baseada no conhecimento como forma de geração constante de inovações. Quem está na dianteira, como a Coreia do Sul e os Estados Unidos, aplica entre 2% e 3% do seu Produto Interno Bruto em pesquisa e desenvolvimento. No Brasil, esse índice segue pouco acima de 1%. Esse é um parâmetro que marca um dos desafios que nós temos para o futuro. E um dos problemas é o fato de que as nossas empresas ainda investem muito pouco em pesquisa e desenvolvimento em nosso País. No Japão, por exemplo, o setor privado investe em P&D, em pesquisa e desenvolvimento, cinco vezes mais do que o governo; na Coreia do Sul, três vezes mais; na Alemanha e nos Estados Unidos, as empresas gastam duas vezes e meia o valor do setor público. No Brasil, o setor privado investe apenas 80%



do total aplicado pelo Poder Público. Fica claro, portanto, que é preciso estimular o protagonismo empresarial se quisermos atingir um patamar competitivo de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Em paralelo à necessidade de ampliação dos esforços privados em pesquisa e desenvolvimento, precisamos aumentar expressivamente a formação de recursos humanos nas engenharias e nas ciências naturais. As economias que se destacam pela competitividade industrial e pelo crescimento econômico mostram isso. A China diploma, atualmente, 34% de todos os engenheiros que se formam a cada ano em todo o mundo — 34% dos engenheiros do mundo são formados na China; ou seja, é um país em construção. A União Europeia forma 18% dos graduados nas áreas de ciências naturais. Já a participação do Brasil é bastante modesta. Em termos globais, somos responsáveis pela formação de 2% dos engenheiros e 3% dos profissionais das ciências naturais, o que é pouco para o tamanho da nossa economia, especialmente quando levamos em consideração o quanto queremos crescer. Para nós entrarmos em uma fase de Brasil em construção, nós precisamos mudar substancialmente esses dois itens.

Dos mais de 800 mil estudantes que graduamos por ano, 7% são dos cursos de engenharia, índice que precisa ser drasticamente elevado. Para sermos competitivos em ciência e tecnologia, precisamos dispor de uma infraestrutura de pesquisa avançada, comparável às nações líderes em P&D e inovação. Essas estruturas são caras, complexas e dependem de investimentos contínuos no setor público. Além disso, precisamos equalizar a nossa infraestrutura de pesquisa entre as diferentes Regiões do País. Há uma diferença, um desequilíbrio muito grande entre o Sudeste e o Sul e as outras Regiões do País, no que se refere a investimentos e à base de ciência e tecnologia disponível.

Estamos atentos a todas essas questões. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação está enfrentando seus desafios de forma vigorosa e focalizada, evitando o desperdício e a dispersão de recursos. Além disso, queremos que a ciência, a tecnologia e a inovação transformem-se em protagonistas do desenvolvimento do País. É um dos nossos objetivos, e o símbolo desse objetivo foi exatamente, no ano que passou, sob a gestão do Ministro Mercadante, nós acrescentarmos aquele “I” ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que agora é o Ministério da Ciência, Tecnologia



e Inovação, não só porque esse protagonismo é um caminho conhecido, já trilhado com êxito por todas as outras nações que apresentam elevados índices de qualidade social e desempenho econômico, mas também porque a ciência é o ente que reúne as melhores e mais efetivas condições para nos conduzir para o desenvolvimento sustentado, em termos econômicos, sociais e ambientais.

Essa auspiciosa e exequível ambição está expressa na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Esse é um documento elaborado na gestão do meu antecessor, o Ministro Aloizio Mercadante, com a participação de todos os setores do Ministério, e validado pelo Governo como elemento importante e subsidiário ao Plano Brasil Maior, e eu queria, simbolicamente, deixá-lo aqui; isso está disponível, evidentemente, no *site* do MCTI, mas eu queria, como um ato simbólico, deixar com o nosso Presidente da Comissão esse documento que explicita em detalhes todas essas ideias que vou apresentar aqui, para execução nos próximos 4 anos. Essa Estratégia é para ser executada durante o prazo do próximo PPA, que é válido de 2012 a 2015, Deputado.

Essa Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que contempla o período 2012 a 2015, não é uma carta de intenções. Ela contém metas factíveis, para cuja realização esperamos contar com o apoio dos Srs. Deputados Federais.

Queremos passar de 1,19% o investimento do PIB em P&D, que é o atual, para 1,8%, em um cenário em que o setor privado aporte ao menos a metade dos recursos despendidos, isto é, o correspondente a 0,9% do PIB. Então, essa é a meta quantitativa que nós temos, para esse período de 4 anos, com relação à questão dos investimentos globais e discriminados, do setor privado e do setor público, para esse indicador.

Também temos como objetivo aumentar de 3.500 para 5 mil o número de empresas com atividades contínuas de P&D, fazendo com que a taxa de inovação passe de 38,6% para 48,6%. Para acelerar essa transformação, vamos trabalhar para ampliar o universo de empresas inovadoras que usufruem incentivos governamentais, de modo a dobrar o número das que fazem uso da Lei do Bem, passando de 630 empresas em 2010 para 1.260, em 2015.

Mecanismos de financiamento são muito importantes para estimular as empresas a assumirem esse papel. No ano passado, por exemplo, já tivemos um



belo exemplo da ação do Ministério no estímulo às empresas a investirem em ciência, tecnologia e inovação, que foi a execução pela FINEP de parcelas dos recursos do Programa de Sustentação do Investimento do BNDES repassadas pela FINEP, que executou R\$ 4 bilhões, quase um outro Orçamento, que não entra na conta do Orçamento governamental de Ciência e Tecnologia, que foi executado em paralelo, financiando aí um lote grande de empresas, médias e grandes empresas que desempenham um papel importante nesses novos programas, na área de petróleo, na área de defesa, numa série de áreas que são estratégicas para o País.

E certamente esse tipo de ação terá continuidade este ano. Nós estamos pleiteando, este ano, termos uma carteira na FINEP na ordem de R\$ 6 bilhões para financiamento das empresas, nessa expectativa de levarmos as empresas a terem um protagonismo bem maior, e elevarmos então, como um todo, os investimentos do País em ciência e tecnologia.

É um programa ambicioso esse, de estímulo às empresas para participarem do processo. Mas como atingir essas metas ambiciosas? A Estratégia elege como grandes temas transversais justamente a promoção da inovação, a formação e a capacitação de recursos humanos e o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica. Então, educação, formação e capacitação de recursos humanos, financiamento das empresas e ampliação e qualificação da base científica formam o tripé sobre o qual se sustenta essa política.

Prevê ainda que é preciso trabalhar no aperfeiçoamento do marco legal para ciência, tecnologia e inovação, e especialmente também dos mecanismos de financiamento. Esse mecanismo de usar o Programa de Sustentação do Investimento para financiamento da inovação, vamos dizer assim, não é um mecanismo permanente, porque é um programa que foi criado para medidas de contenção da crise anterior, de 2008, e está sendo usado até hoje, mas evidentemente nós teremos de buscar estruturas permanentes para o financiamento dessa atividade.

Tratarei brevemente desses tópicos. Vou começar pela formação de recursos humanos, área em que estamos vivendo uma verdadeira revolução com o Programa Ciência Sem Fronteiras, sem dúvida uma das mais ousadas iniciativas do mundo em termos de formação de recursos humanos, comparável, em termos de mérito,





somente à da China, à da Coreia um pouco mais abaixo — mas a China ainda está à nossa frente. Nós estamos querendo enviar, em 3 anos, para todas as boas universidades, as universidades qualificadas do mundo, 100 mil estudantes. Mas a China envia 120 mil. São dimensões diferentes. Acho que esse nosso número é importante dentro do quadro global.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Ministério da Educação e a iniciativa privada juntaram forças para alcançar a concessão de 101 mil bolsas de estudo no exterior até 2014.

Aponto aqui também uma novidade: a participação do setor privado no financiamento da educação fundamental em todos os níveis, desde especialistas nas empresas até doutorado e pós-doutorados na área científica.

Até o momento, são 3.697 bolsas implementadas e 14.202 em implementação. Até o final deste ano, devemos atingir o número de 20 mil bolsas concedidas pelo Programa, o que significa 25% da meta final do setor público, que é de 75 mil bolsas.

A partir de agora, haverá a assinatura, como o Glaucius depois vai explicar, de acordos com as empresas e representações do mundo empresarial, como CNI e várias outras — a FEBRABAN está participando, ofertando financiamento para 6 mil bolsas nesse programa —, saliento essa participação como uma novidade que estamos vivendo na área.

Também estamos trabalhando na intensificação das oportunidades de treinamento tecnológico no âmbito do Ciência sem Fronteiras, buscando parcerias com empresas de alta capacitação tecnológica no exterior.

Na busca de alocação em universidades e em centros de pesquisa nos países, estamos também em contato com as empresas que passam a ofertar possibilidade de treinamento nas fábricas, no chão de fábrica. Nos Estados Unidos, principalmente, há vários exemplos de empresas como a Boeing e a GE, que estão ofertando possibilidade de estágio para estudantes brasileiros em programas de verão nessas universidades, no chão de fábrica nessas empresas.

Isso dá uma marca para o Ciência sem Fronteiras, que não é exclusivamente um programa voltado para a formação de recursos humanos nas áreas tradicionais de pesquisa.



Também estamos tendo interlocução e arranjos com empresas de porte, empresas que operam no Brasil, que têm todo o interesse de abrir também essas possibilidades que os americanos chamam de *internships*, são estágios profissionais nas empresas.

Como forma de garantir o êxito finalístico do programa, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação está iniciando a organização de um sistema para facilitar que os beneficiários do Ciência sem Fronteiras sejam alocados em instituições voltadas a P&D ou em empresas, onde possam realizar atividades de inovação tecnológica. Ou seja, queremos que, ao voltar do exterior, os bolsistas do Ciência sem Fronteiras passem rapidamente à condição de pesquisadores, especialmente no ambiente empresarial.

Nós estamos organizando uma estrutura no MCTI que vai cuidar de intermediar a colocação, na volta desses bolsistas, nas empresas, nas universidades, nos centros de pesquisa. Isso é muito importante, porque não podemos correr riscos de formarmos mão de obra para ficar em outros países. Queremos que eles estejam no Brasil. E a condição fundamental é termos possibilidade de empregar todos esses recursos humanos. Temos que ter uma ação proativa, não deixar apenas à mercê das forças do mercado, queremos influenciar o máximo aproveitamento dessa mão de obra qualificada, especialmente na área empresarial.

Um apertado gargalo que trava a plena realização das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil é o nosso marco legal.

Então, eu queria uma palavra, Deputado Sibá Machado, com quem temos boa interação quanto aos dois projetos de lei que estão tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o que consideramos de fundamental importância, especialmente quando se trata da realização de compra e da formalização de contratos.

Atividades científicas contêm particularidades que precisam ser consideradas, pela mais simples das lógicas: sabemos que não existem caminhos predefinidos que levem ao novo. A busca do novo é, por definição, incerta. Isso já fere um princípio da lei que regula as compras e a interação, no fundo, das empresas com os governos. Compra-se por preço fixo e compra-se um determinado produto, especificado de



antemão. A atividade de desenvolvimento científico não é uma compra, é uma parceria que fazem as empresas com os órgãos públicos de pesquisa. A busca do novo é, por definição, incerta, e a Lei nº 8.666, de 1993, que regula isso, não admite essas incertezas.

O marco legal da atividade científica precisa considerar as incertezas inerentes à ciência. Por razões como esta, o MCTI tem especial interesse do melhor curso e termo do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que já está nesta Casa, por meio do Projeto de Lei nº 2.172, de 2011. Os Srs. Deputados poderão contar com todo o nosso apoio e empenho para as discussões e decisões sobre esse código. Se benfeito, o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação será um instrumento valiosíssimo para o desenvolvimento do País.

Estamos empenhados também em pautar uma discussão que nos leve à reformulação do sistema atual ou à criação de um novo modelo de financiamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Para o tamanho da nossa economia, para as nossas pretensões e nossas potencialidades diante do mercado global, e mesmo para satisfazer itens básicos da soberania nacional, teremos de elevar significativamente o nosso patamar de financiamento da pesquisa e da inovação. Mais uma vez, o concurso dos Srs. Deputados será fundamental.

Nesse aspecto, não posso deixar de falar sobre a necessidade imprescindível de que parte expressiva dos *royalties* do petróleo — pré-sal e pós-sal — seja destinada a atividades de educação, ciência, tecnologia e inovação. Obviamente, os nossos Prefeitos e Governadores têm toda a razão em pleitear participação na distribuição das riquezas do petróleo, mas não podemos deixar de considerar este aspecto: essa é uma riqueza do País, e nós temos que usar as nossas riquezas para garantir o futuro do País. E o futuro do Brasil é uma posição de destaque na produção em toda a linha, desde o conhecimento até produtos, bens, serviços, etc. A capacidade, a competitividade no mercado global é pautada pelos investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

Um desses aspectos é que somente conseguimos chegar ao pré-sal em razão dos constantes investimentos em pesquisa científica e tecnológica, pesquisas essas realizadas pela PETROBRAS e por uma rede associada de dezenas de laboratórios localizados em várias universidades brasileiras. Essas pesquisas foram



feitas, em grande parte, com o financiamento do Fundo Setorial do Petróleo, CT-Petro, construído com recursos de parte dos *royalties* do petróleo extraído do Brasil. O CT-Petro é responsável por 50% do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Se alterarmos isso, estaremos alterando significativamente a base, que é o FNDCT, sobre o qual repousam todos os investimentos na área de ciência, tecnologia e inovação, não só investimentos na ciência básica, mas principalmente em empresas e instituições tecnológicas de governo.

Tivemos um verdadeiro círculo virtuoso nesse processo. O exemplo do CT-Petro no financiamento das atividades mostrou o que estou falando: para nos superarmos, para chegarmos a essa riqueza do pré-sal, a ciência e tecnologia teve um papel importante. Não é possível que agora essa riqueza do pré-sal esqueça a responsabilidade que tem no financiamento das outras atividades, para a futura expansão desse belo exemplo que tivemos de que ciência e tecnologia pode produzir riqueza, caso do petróleo no Brasil.

Nós tivemos um verdadeiro círculo virtuoso, em que a pesquisa possibilitou a identificação de campos de petróleo, e a exploração desse petróleo permitiu os avanços nas pesquisas que nos levaram ao pré-sal. Esse círculo virtuoso não pode ser interrompido, também porque o CT-Petro é a principal fonte de abastecimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT.

Numa palavra, sem os recursos do CT-Petro o sistema de financiamento da produção de ciência, tecnologia e inovação perderá em média — valor já calculado — 1,3 bilhão de reais por ano. Isso está em jogo, nessa discussão da nova Lei do Petróleo.

Outro aspecto importante quando se trata dos *royalties* do petróleo é a oportunidade ímpar que o País terá para sanar seu vergonhoso *deficit* educacional. Esse é o grande *deficit*, a meu ver, do País.

Portanto, meus caros Srs. Deputados, posso dizer, em nome da comunidade científica deste País, que temos enorme expectativa de que, no formato conclusivo do Projeto de Lei nº 2.565, de 2011, relatado pelo Deputado Carlos Zarattini — com quem, aliás, temos tido uma abertura muito grande para essas considerações que fazemos —, nossos Municípios e Estados e o fundo social federal sejam levados a destinar parte expressiva dos *royalties* do petróleo para a melhoria do nosso sistema



de ensino e, extensivamente, no caso dos Estados e do Governo Federal, para o incremento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. Assim, temos a expectativa de que a parte do fundo destinada aos Municípios atue diretamente na questão educacional, grande *deficit* que temos.

Na área de infraestrutura de pesquisa, estamos avançando de modo a assegurar a manutenção das atividades de ciência e tecnologia nas instituições públicas da área. Por meio do programa PROINFRA, o MCTI já investiu mais de 1 bilhão de reais na infraestrutura básica de universidades e institutos de pesquisa, no incremento da rede nacional de pesquisa, que atende universidades e institutos de pesquisa no Brasil. Essa Rede Nacional de Pesquisa — RNT interliga as instituições em sistemas de comunicação de altíssima velocidade e por editais específicos do CNPq e da FINEP.

O MCTI compreende que é preciso também investir em grandes projetos estruturantes para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no País — planejamento e política têm que ser sempre exemplificadas em grandes projetos estruturantes. Chamo a atenção para dois deles, o Projeto Sirius e o Reator Multipropósito Brasileiro.

O Projeto Sirius tem como objetivo a criação de um laboratório com uma Fonte de Luz Síncrona de terceira geração, equipamento essencial para as pesquisas mais avançadas na área de materiais.

Materiais é elemento fundamental na questão da inovação. Não existe inovação sem a criação de novos materiais, como materiais nanoestruturados. Com ciência e tecnologia, para que se atue na recuperação de setores que decaem do ponto de vista econômico, como setor calçadista e têxtil, é absolutamente fundamental a utilização de novos materiais. Esse é o exemplo que o mundo está dando, produzindo com base tecnológica e preços muito menores. E para enfrentarmos essa competição, temos que ter programas avançados na área de materiais.

Já o Reator Multipropósito é um equipamento para manipulação de energia nuclear, imprescindível para que o Brasil tenha uma indústria nacional de radiofármacos. Hoje, por lei, todo o fornecimento de radiofármacos para os hospitais de todo o País é oferecido pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares —



IPEN, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, que tem a sua estrutura de reatores para a produção desses radiofármacos, vamos dizer, totalmente superada, em função da demanda existente pela utilização desses radiofármacos nos nossos hospitais. A ampliação dessa capacidade, que é o objetivo desse novo reator, é imprescindível para que o Brasil tenha uma indústria nacional de radiofármacos e desenvolva novas técnicas em medicina nuclear. São projetos caros, cada um deles na faixa dos 400 bilhões de reais, mas têm de ser implementados, se quisermos avançar em áreas estratégicas da ciência e da tecnologia e conseqüentemente na geração de inovação, além da melhoria e ampliação dos benefícios em saúde da nossa população e no desenvolvimento de soluções inovadoras para a nossa indústria.

Em termos de geração de inovações, teremos neste ano um mecanismo no qual depositamos elevada expectativa de êxito: a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial — EMBRAPII, criada, no ano passado, com inspiração em nossa já conhecida EMBRAPA, que tão bons resultados já ofertou para todo o setor do agronegócio brasileiro. A EMBRAPII vai servir de elo entre o meio científico e tecnológico e o mundo empresarial, para a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Ela é o resultado de parceria entre o MCTI e a Confederação Nacional da Indústria, o projeto-piloto da EMBRAPII já está em operação. Para isso, conta com recursos da ordem de 90 milhões de reais e o envolvimento de três importantes instituições de ciência e tecnologia: o Instituto Nacional de Tecnologia, no Rio de Janeiro; o SENAI/CIMATEC, em Salvador; e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, em São Paulo. Em breve, teremos outras instituições, a exemplo da COPPE, também do Rio de Janeiro.

A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação está sendo implementada em articulação com uma série de Ministérios e órgãos do Governo Federal, inserindo a ciência e tecnologia como protagonista em suas políticas públicas e seus programas específicos. É o caso da Estratégia Nacional de Defesa, do Plano Brasil Maior, do Programa Nacional de Banda Larga, do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, do Programa de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, entre outros. Todas essas iniciativas, que são programas de



governo como um todo —, têm a participação efetiva, em maior ou menor grau, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Na área de tecnologias de defesa, em que o MCTI atua em estreita parceria com o Ministério da Defesa, temos alcançado resultados extraordinários em iniciativas como o desenvolvimento do míssil A-Darter, com investimento conjunto de 250 milhões de reais, e do navio de pesquisa oceanográfica, que contará com recursos da ordem de 80 milhões de reais. De 2003 para cá, o MCTI investiu mais de 1,5 bilhão de reais na área de defesa, fundamental para a soberania brasileira.

Outro grande projeto, que envolve também o Ministério da Defesa, o Ministério das Comunicações e a TELEBRAS, é o desenvolvimento e lançamento do satélite geoestacionário de comunicações, um investimento de 716 milhões de reais, que será crucial para o provimento de Internet banda larga em áreas remotas e para comunicações estratégicas das Forças Armadas. Houve uma especial conjuntura que possibilitou associarmos duas funções nesse satélite. Uma função é a Internet social: banda larga para todos os cidadãos brasileiros, para todas as regiões do País. Esse é um projeto de vital importância para as comunicações na Amazônia. Trata-se de um projeto estratégico, no sentido de termos o nosso próprio meio para desenvolvermos as comunicações estratégicas do Governo, em especial as comunicações militares.

Mas o satélite geoestacionário é apenas um dos itens prioritários da nossa política espacial do Programa Nacional de Atividades Espaciais, que prevê a inserção do Brasil no mercado global de produtos e serviços espaciais, na ordem de 260 bilhões de dólares. Para isso, vamos desenvolver capacidade tecnológica autônoma e utilizar nossas condições geográficas privilegiadas para o lançamento de foguetes. Essa é uma área com forte cooperação internacional, em que se destacam nossas relações com a Ucrânia, país que detém grande competência técnica na área de foguetes, e com a China, cujas antigas relações de cooperação foram reorganizadas e possibilitaram que planejássemos o lançamento de dois satélites, o CBERS-3, em novembro próximo, em plena atividade final de integração e teste, o que está ocorrendo na China — reitero que a previsão de lançamento é novembro —, e o CBERS-4, em 2014.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. MINISTRO MARCO ANTONIO RAUPP** - Sim, senhor. Compromisso deste Ministro, do INPE e da nossa Agência Espacial.

Aliás, quero salientar que está presente o Deputado Emanuel Fernandes, que de fato é um colega do INPE. Ele é funcionário também do INPE e participou, como engenheiro — antes de enveredar pela política —, do programa de desenvolvimento do primeiro satélite da série CBERS.

Na área de energia, o MCTI tem trabalhado para ir além da pesquisa relacionada à lucrativa cadeia de petróleo e gás. Estamos mirando o futuro. Estamos buscando excelência também na produção de energias renováveis.

Nos últimos 6 anos, foram investidos mais de 50 milhões para fomentar ações de PD&I, formação de recursos humanos e infraestrutura laboratorial em energia solar, não só — especialmente na Região Nordeste e no Sul do País, no Rio Grande do Sul — a fotovoltaica, mas também solar térmica de baixa temperatura e solar térmica de alta temperatura.

O Ministério está elaborando um plano de ação para o avanço da pesquisa, desenvolvimento e inovação em energia eólica, que prevê ações e recursos da ordem de 125 milhões para o setor nos próximos 4 anos, nessa nossa estratégia.

O exemplo mais impactante dos avanços nessa área, no entanto, vem do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. Há 6 anos não tínhamos produção e disponibilidade de biodiesel no nosso mercado. Há 6 anos não havia nada. Hoje, produzimos e utilizamos mais de 2,4 bilhões de litros por ano.

O MCTI contribuiu, desde o lançamento do programa, com mais de 150 milhões de reais em projetos de pesquisa e desenvolvimento através das suas agências FINEP e CNPq.

Deve-se mencionar que esse é um projeto que tem também implicações sociais, já que ele contempla e há pesquisas na direção do uso de novos produtos primários a serem utilizados na produção de biodiesel, além da soja. São óleo de mamona, babaçu e uma série de outros itens, que podem ser desenvolvidos dentro das condições técnicas desejáveis pelos agricultores familiares, especialmente na Região Nordeste, Deputado Ariosto.

O MCTI tem incentivado o desenvolvimento das tecnologias portadoras de futuro, com enfoque especial na gestão das atividades de pesquisa em





nanotecnologia e no incentivo à produção de *softwares*. Nanotecnologia, como já mencionei — materiais nanoestruturados —, é sinônimo de inovação.

Lançamos o SISNANO — Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias e estamos avançando na criação do Comitê Interministerial de Nanotecnologia, que vai conjugar — porque essa atividade é desenvolvida em vários Ministérios — a política e os recursos de oito Ministérios envolvidos com a pesquisa em nanociência e nanotecnologia.

Ainda neste ano vamos anunciar a Política Nacional de Software, que prevê estímulos para o setor, além dos já existentes, cria normas de certificação e facilita a criação de fundos de *venture capital*.

Com relação aos temas clima e biodiversidade, temos de comemorar um grande feito — está aqui presente o Secretário Carlos Nobre, responsável pelo desenvolvimento desse projeto —, a estruturação do Centro de Monitoramento de Desastres Naturais — CEMADEN, que atua em linha com órgãos responsáveis pela Defesa Civil na preservação de acidentes decorrentes da instabilidade climática.

O CEMADEN obteve cerca de 40 milhões para a expansão de seus equipamentos em 2012, o que garante as condições de qualidade do serviço.

Há uma semana, lançamos o Sistema de Informações sobre a Biodiversidade e Ecossistemas Brasileiros. Esse sistema prevê a consolidação da infraestrutura e das tecnologias necessárias para qualificar, reunir e disponibilizar *on-line* e gratuitamente informações sobre a biodiversidade de todos os ecossistemas brasileiros. É um projeto que vai promover o conhecimento da nossa biodiversidade, de modo a possibilitar sua exploração sustentável e, conseqüentemente, sua preservação.

O Programa Antártico Brasileiro — PROANTAR, um dos temas desta audiência, já está sendo recuperado da tragédia do início deste ano que comprometeu cerca de 40% das pesquisas realizadas na estação Comandante Ferraz na operação do último verão. Vejam: 40% só das pesquisas desenvolvidas durante o verão. Basicamente foram afetadas as pesquisas nas áreas biológicas, coletas de organismos que se têm de manter vivos, e estes foram os que sofreram. Outras áreas como a oceanográfica, a espacial, de clima e tempo nada sofreram.



Estão em curso estudos e projetos para a reconstrução de nossa base, maior uso de navios especiais para pesquisa oceanográfica — vamos levar mais navios para as operações na Antártica, o que é fundamental, dada à mobilidade e melhor condição de abrigar laboratórios que lá podem ser instalados —, como o navio Almirante Maximiano, e a intensificação das atividades de pesquisa em cooperação internacional. Esse tem sido um caminho para superar momentaneamente, pelo menos, as dificuldades com as perdas das nossas instalações físicas.

Essa cooperação internacional já corresponde a 76% das ações do PROANTAR.

Atualmente, cooperamos com países como Inglaterra, Estados Unidos, Argentina, Chile, Bélgica, Nova Zelândia, entre outros. Em alguns desses, a operação só se iniciou após o acidente de Ferraz.

Toda essa robusta agenda de pesquisa sobre clima, biodiversidade, pesquisa oceanográfica e energia limpa vai orientar a participação do MCTI na Rio+20, evento crucial para a definição de uma governança ambiental global.

A ciência tem papel central para a compreensão dos limites da exploração e do uso dos recursos naturais, e a tecnologia pode criar novos meios de atividade econômica menos danosas ao meio ambiente.

O MCTI conta com duas agências, o CNPq e a FINEP, e com 18 institutos de pesquisa. A respeito do CNPq, teremos na sequência as informações do seu Presidente, o Prof. Glaucius Oliva.

Quanto à FINEP, gostaria de salientar, rapidamente, que pretendemos dar continuidade aos propósitos de confirmá-la como o principal agente de financiamento público à inovação no Brasil, conforme comentário que fiz inicialmente. Mais ainda: de dar-lhe condições para que se torne um grande agente de financiamento das nossas atividades inovativas. O futuro exige de nós uma capacitação bem maior do agente financeiro que é a FINEP neste momento.

Nesse sentido, gostaria de dizer que a FINEP tem recebido importantes aportes de recursos para o incremento da inovação, no espírito do Plano Brasil Maior. Em 2011, foram comprometidos quase 4 bilhões de reais em crédito para empresas inovadoras. As fontes de recursos são o FNDCT e, principalmente, o Programa de Sustentação do Investimento — PSI. Para este ano, a expectativa é de



que a FINEP receba novamente um acréscimo considerável de recursos, além dos já previstos no FNDCT. Nossa expectativa é termos 6 bilhões de reais à disposição para esse tipo de investimento.

Aproveito, ao informar-lhes esses dados, para dizer que o Presidente Eduardo Azeredo se referiu à questão orçamentária, que é fundamental. O que hoje caracteriza nossa iniciativa, em termos de financiamento dessas atividades, é maior multiplicidade das fontes de financiamento. Por exemplo, essa é uma fonte que nunca tínhamos utilizado. Depois do corte de 6 a 7 bilhões, queremos acrescentar ao orçamento, na parte de créditos subsidiados, mais 6 bilhões. Quer dizer, estamos duplicando o orçamento, em certo sentido. Então, para entender a questão orçamentária, temos também de entender as novas fontes que estão entrando no jogo do financiamento das nossas atividades.

Quanto aos institutos de pesquisa, estamos providenciando uma mudança na sua relação com o MCTI, que deverá promover o redirecionamento das atividades que realizam. Subordinados a uma Subsecretaria da Secretaria-Executiva do MCTI, os institutos de pesquisa passarão a ser vinculados diretamente às Secretarias do Ministério em conformidade com suas áreas de atuação. Por exemplo, os institutos dedicados a pesquisas na área de tecnologia da informação serão vinculados à Secretaria de Política de Informática. O objetivo, com essa mudança, é alinhar os institutos às políticas de ciência e tecnologia do Governo.

Na tradição existente em muitos desses institutos — não em todos —, por exemplo, o INPE, que o Emanuel e o Carlinhos conhecem bem de perto, sempre executou missões de política científica do Governo. Outros, não. Queremos exatamente um alinhamento de todos esses conjuntos de institutos. Para que deem mais força à execução da política, que eles estejam relacionados e orientados pelas Secretarias e Agências do Ministério responsáveis pela política. Estamos elaborando um projeto que coloca o INPE na ação da Agência Espacial e integra todas as atividades. Então, o objetivo, com essa mudança, é alinhar os institutos às políticas de ciência e tecnologia do Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, em razão da amplitude da área de atuação do MCTI, e considerando que a ciência se assemelha a um edifício em constante e interminável construção, trouxe para esta audiência



pública os aspectos do Ministério que consideramos mais relevantes neste momento de sua trajetória.

Estaremos todos no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o que é nosso dever e obrigação, abertos aos questionamentos desta Casa e dos ilustres representantes do povo brasileiro.

Agradeço a oportunidade de aqui comparecer, a atenção e a paciência com que me ouviram.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. *(Palmas.)*

Gostaria de passar a V.Exa. o texto, para que conste nos Anais da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Sr. Ministro. Vou pedir à Secretaria que faça a distribuição de cópia do texto a todos os Deputados presentes.

Convido para tomar assento à mesa, o Sr. Geraldo Nunes, que aqui representa a CAPES.

Registro a presença, prestigiando nossa audiência, de representantes do Governo de Mato Grosso, a Sra. Áurea Regina Alves Ignácio, Secretária de Estado e Ciência e Tecnologia do Mato Grosso; o Sr. Flávio Teles Carvalho Silva, Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa de Matro Grosso — FAPEMAT; e, da área universitária, o Sr. Antônio Francisco Malheiros, Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade de Mato Grosso; e do Sr. Raul Fulgêncio, Diretor Técnico da Empresa de Tecnologia da Informação da PRODEMGE, do Estado de Minas Gerais.

Também registro a presença das Sras. e dos Srs. Deputados, já em grande número: Décio Lima, Luiza Erundina, Duarte Nogueira, Sandro Alex, Manoel Junior, Carlinhos Almeida, Rogério Peninha Mendonça, Emanuel Fernandes, Felipe Bornier, Eliene Lima, Ariosto Holanda, Marcelo Castro, Jonas Donizette, Sibá Machado, Antonio Imbassahy, Júlio Campos, Ronaldo Nogueira, Jô Moraes, Luciana Santos.

Antes de passar às perguntas dos Deputados, vamos ouvir o Sr. Glaucius Oliva, Presidente do CNPq, que especificamente vai complementar, com mais detalhes, a palestra do Ministro no caso específico do Programa Ciência sem Fronteiras, objeto de um dos requerimentos.

Com a palavra o Sr. Glaucius Oliva, agradecendo-lhe a presença.



**O SR. GLAUCIUS OLIVA** - Muito obrigado, Deputado Eduardo Azeredo, na pessoa de quem quero saudar todos os Deputados da Câmara dos Deputados.

Especificamente, com muita brevidade, vou apresentar os resultados recentes do Programa Ciência sem Fronteiras, que é estruturante para o desenvolvimento nacional e que visa oferecer 100 mil bolsas de estudo no exterior, financiadas pelo Governo e por empresas, para que nossos melhores talentos entre estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores possam realizar estágios nas melhores universidades e instituições de pesquisa do mundo, em um ambiente educacional e profissional no qual ciência na fronteira do conhecimento e a apropriação desse conhecimento pela inovação já são o padrão.

É importante ressaltar que esse programa nasce no contexto histórico da ciência brasileira em que temos alcançado um patamar de capacitação e de qualidade que nos permite hoje fazer uma cooperação internacional em nível de igualdade com os países parceiros que estamos buscando.

Como todos sabem, o Brasil tem história recente na área de ciência e tecnologia. Nesta semana, o CNPq está completando 61 anos.

Quando o CNPq foi criado, em 1951, o Brasil tinha cinco instituições universitárias. Universidades brasileiras datam do século passado. A Universidade de São Paulo, que é a minha universidade, é de 1934. Isso mostra o desafio que representou criar ciência e tecnologia no País. Grande parte do processo de avanço da ciência brasileira se deu justamente pelo investimento na formação de recursos humanos, aproveitando as oportunidades no exterior.

As décadas de 70 e de 80 foram marcadas por um esforço nacional de envio de estudantes para o exterior muito semelhante, em alguns aspectos, ao Ciência sem Fronteiras hoje, mas em uma situação completamente distinta.

Muitos de nós — eu me encaixo nesse perfil, assim como quase todos os que hoje estão na liderança da ciência brasileira — fomos formados no exterior em programas de doutorado para trazer conhecimento e conseguir consolidar e instalar a ciência no Brasil.

O progresso, desde então, foi extraordinário. Hoje, no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, há 27.500 grupos de pesquisas registrados. A Plataforma Lattes,



mantida pelo CNPq, registra hoje mais de 2,5 milhões de currículos. No caso, mais de 500 mil têm mestrado ou doutorado.

Hoje o Brasil produz, aproximadamente, 35 mil artigos científicos todos os anos, publicados em revistas indexadas internacionais, com revisão por pares. Se considerarmos todas as outras revistas nacionais, essa produção se expande muito mais, o que nos coloca na 13ª posição, como já mencionado pelo Ministro.

Esse avanço foi possível justamente por esse processo de intercâmbio em que colocamos os nossos estudantes no exterior e que depois voltaram para instalar a ciência no Brasil. Houve um refluxo no movimento de estímulo a bolsistas para irem ao exterior, justamente porque precisávamos consolidar a ciência brasileira. Na década de 90 e no começo do século, só mandávamos estudantes para o exterior no caso das áreas do conhecimento em que não tínhamos programas de pós-graduação similares no Brasil. Isso foi importante, porque, de fato, conseguimos nos consolidar como um dos países líderes da produção de ciência no mundo. Hoje temos quase 3% do PIB mundial e somos responsáveis por quase 3% da ciência produzida em todo o mundo, o que nos coloca em situação muito favorável.

Mas era necessário realmente mudar um pouco o perfil da ciência brasileira. E essa foi a grande motivação do Programa Ciência sem Fronteiras. Hoje, 80% dos quase 12 mil doutores formados no Brasil são empregados na própria educação superior. Menos de 5% vão para a indústria, e esse é um perfil que precisa ser mudado.

No mundo moderno, a grande maioria dos doutores formados pelos países vai trabalhar nas empresas, produzindo conhecimento inovador e propiciando a apropriação desse conhecimento no âmbito das empresas. Esse é o perfil que queríamos apresentar aos nossos estudantes, então. Queríamos expô-los a um ambiente onde pudessem fazer ciência de qualidade, como fazem no Brasil, porém em um ambiente em que a inovação está intimamente associada à criação do conhecimento.

Esse foi o pano de fundo que levou à criação do Programa Ciência sem Fronteiras, Deputado Newton Lima, que muito nos tem motivado ao longo deste ano. A Presidenta Dilma, estimulada por esse cenário, percebe que o investimento em pessoas é certamente um dos principais caminhos para o futuro da Nação.



A ideia era levar um grande contingente dos nossos melhores alunos, fazer um processo de seleção exclusivamente baseado no mérito e oferecer-lhes, então, a oportunidade de estar nas melhores universidades do mundo, nos melhores laboratórios de pesquisa e também de estagiar em empresas de base tecnológica, onde o conhecimento é parte fundamental de seu ativo na criação de emprego e renda.

Esse programa então nasceu, em parceria do CNPq e da CAPES, as duas agências do Governo — o CNPq está vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e a CAPES, ao Ministério da Educação — que estão instrumentando esse programa e criando oportunidades, no exterior e no País, para que consigamos mobilizar esse contingente de 100 mil estudantes para o exterior nos 4 anos deste Governo.

A etapa inicial foi conseguir criar a oferta de vagas. Foi um trabalho muito grande que fizemos em parceria com a CAPES. Foi um trabalho de contatos intensos com lideranças, com instituições, com universidades de todos os países parceiros. Isso foi feito com muita intensidade ao longo do segundo semestre do ano passado. Conseguimos convênios e acordos de cooperação que hoje nos oferecem 20 mil vagas nos Estados Unidos, 10 mil vagas na Alemanha, 10 mil vagas no Reino Unido, 10 mil vagas na França, 6 mil vagas na Itália. Ontem, houve o anúncio de mais 12 mil vagas no Canadá. Temos outros acordos em andamento com vários outros países, como Holanda, Bélgica, Espanha, Portugal, Noruega, Finlândia, Japão, Austrália. Então, trata-se de criar esse leque de acordos. O CNPq e a CAPES, no passado, sempre foram responsivos à demanda.

Na nossa época, Deputado, nós cavávamos um lugar para ir para o exterior. Participávamos de um processo seletivo e, depois de aceitos, íamos ao CNPq para pedir a bolsa. Hoje, considerando-se essa escala, essa magnitude, o foco nas áreas prioritárias que queremos, o processo não poderia ser dessa forma. Nós tínhamos que achar os melhores lugares, abrir as oportunidades nas áreas prioritárias que o programa estabeleceu, que são as áreas portadoras de futuro para a economia brasileira. Então, isso foi feito.

No ano passado, lançamos um primeiro edital piloto com os Estados Unidos. Selecionamos 1.500 alunos. Em dezembro, quando foi lançado oficialmente o



programa, já com os acordos assinados, foram cinco editais, para os Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França e Itália. As inscrições aconteceram até meados de fevereiro. Estamos quase concluindo a alocação desses estudantes nas universidades internacionais. Vejam que a sistemática, agora, é diferente: o aluno se inscreve por meio dos nossos sistemas, e nós identificamos o melhor lugar para ele, a fim de que faça esse estágio no exterior, negociamos as taxas, as condições, a moradia, a infraestrutura que lhe vai ser oferecida.

Já são 3.700 estudantes no exterior. Sete editais estão abertos para os outros países que não foram mencionados na primeira chamada. Temos editais abertos para a Holanda, Bélgica, Portugal, Espanha, Austrália, Canadá e Coreia do Sul. Quanto a esses países, todos os acordos estão assinados e as universidades estão preparadas para receber os nossos estudantes. Os editais estão abertos até a próxima segunda-feira. Os nossos computadores registravam, até ontem, mais de 13 mil inscritos. Na primeira rodada, foram 36 mil inscritos.

Os critérios de seleção são muito estritos. É preciso mencionar isso. Na primeira chamada, com 36 mil inscritos, nós selecionamos 4 mil bolsistas, aproximadamente. Por quê? Porque nós queremos garantir que os melhores estudantes que tenham efetivamente preparo para ir para o exterior e aproveitar essa oportunidade sejam ali identificados.

Inicialmente, tínhamos uma preocupação. Pensávamos que a oferta de vagas ia ser o problema. Hoje não é mais. Hoje, o nosso grande objetivo é conseguir engajar os nossos melhores estudantes, ajudá-los a superar uma barreira que existe na nossa educação: o idioma estrangeiro. Estamos oferecendo oportunidade de cursos de idioma em imersão no exterior, antes de o estágio ser realizado. Mas o estudante precisa de um mínimo de conhecimento do idioma, senão a universidade de lá não o aceita, nem para começar. Os 3 ou 6 meses de ensino de língua em imersão só são aceitos se o indivíduo tiver, aqui, no Brasil, um nível mínimo de conhecimento do idioma. Isso precisa ser atingido.

Por isso estamos fazendo um grande esforço com as universidades brasileiras. Todas as universidades federais, os institutos federais estão agora oferecendo cursos de idiomas no período de férias, cursos intensivos. Estamos finalizando um processo de negociação para conseguir um curso *on-line* de





qualidade, aquele em que há um tutor do outro lado da linha do computador, fazendo perguntas e corrigindo as intervenções que são feitas *on-line*, com troca de voz ao vivo, pela Internet. Estamos negociando um curso com essas características, de forma a atender regiões do País muito distantes, oferecer, de fato, a todos os jovens que têm interesse essa oportunidade de realizar cursos no exterior.

Eu quero mencionar que há, nesse programa, oito modalidades de bolsa. Nós oferecemos bolsas de graduação-sanduíche. Isso é uma novidade. Nunca o CNPq fez isso. A CAPES, um pouco, nos últimos anos. O CNPq nunca havia oferecido bolsas a estudantes de graduação para que fossem para o exterior. Nós financiamos, sim, as bolsas de iniciação científica no País. Esse é um dos programas de maior sucesso que o CNPq tem realizado ao longo dos últimos quase 50 anos. Estudantes de graduação recebem uma bolsa para ir ao laboratório, em que ficam por 12, 20 horas por semana, fazer pesquisa, desde criancinha, dentro da universidade.

Isso tem alimentado a nossa pós-graduação com gente de muita qualidade. Esses jovens são aqueles que também têm tido preferência, têm recebido pontos adicionais na hora da seleção do Ciência sem Fronteiras.

Os alunos da graduação-sanduíche, então, ficam durante 1 ano em atividade no exterior, sendo até 9 meses em atividade acadêmica e pelo menos 3 meses dentro de um laboratório de pesquisa de desenvolvimento empresarial.

Registro que está na plateia o representante da Câmara Americana de Comércio, com quem estamos finalizando os acordos para que oportunidades em empresas no exterior sejam abertas. Não queremos que isso ocorra em qualquer empresa. O aluno não vai até lá para ser estagiário que serve café. Ele vai para uma empresa fazer pesquisa e promover o desenvolvimento, vai perceber que é possível fazer pesquisa e promover o desenvolvimento em ambiente empresarial. Queremos que esses jovens voltem para transformar o nosso País, favorecer a transformação da nossa empresa, por incorporação de inovação e competitividade.

Essas, portanto, são as bolsas de graduação-sanduíche. Mas há também as bolsas de doutorado-sanduíche. O aluno inicia o seu doutorado aqui e vai fazer um ano de estágio em trabalho de pesquisa em um laboratório no exterior. Temos um renovado programa de bolsas de doutorado pleno no exterior. Haviām sido



reduzidas bastante as bolsas de doutorado pleno nos últimos anos. Eu fiz doutorado pleno no exterior por 4 anos, na Inglaterra, na década de 80. Isso, na década de 90, era quase impossível de acontecer no Brasil. Hoje, temos mais de 10 mil bolsas oferecidas para doutorado pleno no exterior novamente.

Há bolsas de pós-doutorado no exterior de até 2 anos. Há bolsas para os nossos pesquisadores universitários, ficam de 6 meses a 1 ano, em um ano sabático, promovendo a renovação de suas atividades num ambiente no exterior, sempre com base em projetos que tenham como foco a inovação.

Há bolsa inclusive para engenheiros e cientistas de empresas que possam fazer estágios de especialização no exterior. Há duas modalidades que eu considero muito importantes. Uma visa a atrair jovens talentos, jovens doutores. Hoje, devido à crise mundial, um grande número de pesquisadores jovens muito bem formados está saindo de seus países e procurando oportunidades de fazer ciência de maior qualidade em qualquer lugar no mundo que lhes dê recursos. Nós temos, portanto, uma oportunidade de ouro: trazer gente de muita qualidade que nos possa ajudar a dar esse salto em direção à inovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Permita-me interrompê-lo. Eu quero apenas convidar a Deputada Perpétua Almeida, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para que também participe da Mesa conosco.

**O SR. GLAUCIUS OLIVA** - Já vou finalizar, Deputado.

Há também as bolsas para grandes lideranças científicas. A ideia é atrair Prêmios Nobel ou parecidos, que não virão a este País para ficar morando aqui por muito tempo. Mas muitos deles estão interessados em permanecer aqui por 2 meses por ano, em um laboratório parceiro, em que possam fazer pesquisa. Recebem uma bolsa de ótimo valor para permanecerem aqui durante esses 2 meses. Recebem uma bolsa de pós-doutoramento para que possam deixar um pós-doc trabalhando no laboratório no Brasil. Recebe uma bolsa de doutorado-sanduíche. Assim, ele identifica aqui um bom aluno de doutorado e o leva para o exterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Dr. Glaucius, só nos explique o que é esse sanduíche, porque estou...



**O SR. GLAUCIUS OLIVA** - O senhor já está com fome, não é, Deputado? *(Risos.)* Vou explicar. Como garantimos que o aluno volte ao Brasil? A ideia é que ele já tenha iniciado seu curso no Brasil. Vai então fazer uma parte do seu trabalho no exterior. Mas é obrigado a retornar ao País para concluí-lo. Um aluno de graduação, por exemplo, começou aqui o seu curso de Engenharia. Concluiu pelo menos 40%, 2 anos do curso de Engenharia. Ele então tem a chance de sair por 1 ano, mas ele tem que voltar para concluir o curso de Engenharia no Brasil. A mesma coisa acontece com o doutorado-sanduíche. O estudante já começou o seu doutorado no Brasil, cumpriu os seus créditos, normalmente 1 ano, 1 ano e meio de doutorado, vai para o exterior para fazer parte do seu trabalho de pesquisa, depois volta para redigir sua tese e defendê-la no Brasil. Essa é a forma mais rica de se garantir a sua volta e de se fazer um intercâmbio entre os laboratórios — o laboratório para onde foi e aquele do qual ele se originou.

Nós temos dito muito isto no exterior, o que as pessoas entendem plenamente: esse não é apenas um programa de formação ou treinamento de estudantes, é um programa que visa a criar uma relação sustentada de laços de cooperação científica e tecnológica entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores do exterior. A ciência brasileira se fortaleceu, fez o seu trabalho, cresceu, mas é preciso agora dar um salto de qualidade, de internacionalização, de impacto e relevância no nosso País. Isso implica várias medidas. Várias delas foram elencadas pelo nosso Ministro. Menciono a exposição dos nossos alunos a um ambiente onde ciência e inovação estão presentes. Aliás, são duas faces de uma mesma moeda.

Antes de finalizar a minha apresentação, digo que há, como eu disse, sete editais vigentes. Devemos selecionar mais 10.300 estudantes ainda neste semestre. Com os editais que lançaremos em junho e em setembro, selecionaremos mais 6 mil estudantes, pelo menos. Então, 20 mil estudantes serão selecionados ainda em 2012. A meta é de 100 mil estudantes até 2014, 2015.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Agradeço ao Dr. Glaucius Oliva a exposição.



Eu quero agora dar a palavra ao Deputado Newton Lima, que é Presidente da Comissão de Educação. S.Exa. se ausentou momentaneamente da Presidência daquele órgão para vir aqui.

Com a palavra o Deputado Newton Lima.

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - Muito obrigado, Presidente Eduardo Azeredo, pela deferência.

Lamento não poder mais conviver com os senhores todo o tempo nesta Comissão, como fizemos no ano passado. É muito bom rever os colegas, que estão tratando de um tema tão estratégico como este.

Meus cumprimentos ao Ministro Raupp.

Cumprimento também Glaucius Oliva. Para quem não sabe, ele é de São Carlos também. É bom que saibam. Ele é professor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, *campus* de São Carlos. Eu o parabeno por esse trabalho extraordinário, empolgante. Eu acho que todos nós no Brasil nos orgulhamos do maior programa de formação no exterior de jovens brasileiros, que visa a superar os gargalos de qualificação de mão de obra, a favorecer a inovação, a indústria nacional.

Eu queria agradecer do Ministro Raupp e ao próprio Glaucius a presença em São Carlos na semana passada. Inauguramos, no centro da cidade, no marco zero, um museu de ciências, para melhorar a qualidade da educação, sobretudo do ensino médio. Esse museu vai receber delegações das escolas de todo o interior de São Paulo e de outros Estados. Nele os jovens vão interagir com os professores, em mais de uma centena de experiências importantes, sobretudo na área da Física.

Considerando o aspecto da qualidade da educação, convido todos os colegas a conhecer esse museu, que nós iniciamos, que o MCTI apoiou e que agora o Prefeito Oswaldo Barba e o Ministro Raupp inauguraram na semana passada.

Dou uma boa notícia ao Ministro Raupp, a todos da Comissão de Educação, que eu presido, a todos da Comissão de Relações Exteriores, que o Deputado Eduardo Azeredo preside, e também à Deputada Perpétua — no que vou falar, Deputada, há aspectos relacionados à área da defesa. O Deputado Carlos Zarattini é o Relator da matéria sobre os *royalties* do petróleo. Ontem houve a apresentação do seu relatório. Todos nós sabemos que, lamentavelmente, 99,99% dessa



discussão está focada na distribuição entre Estados produtores e Estados não produtores. Trata-se da discussão entre confrontantes e não confrontantes quanto à distribuição dos *royalties* do petróleo. Foi o que aconteceu na apresentação do relatório. Mas uma voz isolada, que foi a minha, abordou os artigos que nos interessam. O problema não é só como fazer a distribuição para Estados e Municípios, é o que Estados e Municípios vão fazer com esse dinheiro. Hoje, há vários Municípios brasileiros que recebem *royalties* do petróleo, referentes ao modelo de cessão ou ao do pós-sal, e não os empregam em melhoria da qualidade de vida, em melhoria da qualidade da educação. Há dinheiro a mais e educação de menos, para dizer o mínimo, em vários Municípios brasileiros.

Nós queremos, nós precisamos fazer com que esse recurso seja dirigido para áreas estratégicas. Trata-se, primeiro, de recompor os orçamentos, no caso da defesa, da ciência e tecnologia, como eram na legislação anterior, o que está consignado no relatório do Deputado Carlos Zarattini; segundo, de distribuir recursos para a educação. Os Prefeitos precisam disso. Vão reclamar sempre, evidentemente, da falta de recursos para a valorização do magistério, que é a Meta 17 do Plano Nacional de Educação — ontem o relatório do Deputado Angelo Vanhoni foi apresentado à consideração desta Casa.

Portanto, digo que estou muito feliz, porque a proposta é muito ousada. A SBPC, que V.Exa. presidiu tão brilhantemente, propõe, junto com a União Nacional dos Estudantes e várias outras entidades — já temos o apoio da Confederação Nacional da Indústria, vamos fazer um grande movimento —, que 50% do Fundo Social do Pré-Sal vá para as áreas de educação, ciência e tecnologia e inovação. Deixa-se à disposição dos Prefeitos o uso de 50% só para a educação. Se os Governadores quiserem, podem investir nas FAPs, nas Fundações de Apoio à Pesquisa, na educação.

De qualquer maneira, isso já está consignado no relatório preliminar. Vamos ter que fazer um grande movimento para que essa disposição, essa vontade do Relator se expresse na Câmara dos Deputados, vamos ter que votar adequadamente quanto a esse tema que nos interessa.

Quero informar que, no dia 16 de maio, com a SBPC, a Frente e várias entidades que defendem a educação, a ciência e tecnologia, estaremos aqui, numa



quarta-feira, na hora do almoço, para realizar um grande ato em defesa dos 50% dos *royalties* do petróleo para a educação e para a ciência e tecnologia. Estão todos convidados.

Era essa a minha manifestação. (*Palmas.*)

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Com a palavra a Deputada Perpétua Almeida.

**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** - Quero apenas dar um informe. Aprovamos hoje a realização de audiência pública na Comissão, com a presença do Relator, do Ministro da Defesa e de representantes das três Forças, para que possamos fazer essa discussão a respeito dos *royalties* e da defesa nacional.

Também não admitimos que os responsáveis pela salvaguarda de todo um patrimônio como esse não entrem no debate sobre a questão financeira. Eles precisam de novas tecnologias e precisam, acima de tudo, estar preparados para guardar as riquezas nacionais.

Então, salvo engano, na quarta-feira seguinte à próxima, vamos realizar, na Comissão, esse debate sob a ótica da defesa nacional, sendo consideradas as nossas riquezas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Deputada Perpétua.

Com a palavra o Dr. Geraldo Nunes, Diretor substituto de Relações Internacionais da CAPES.

**O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO** - Bom dia a todos.

Inicialmente, Sr. Deputado Eduardo Azeredo, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de pedir desculpas pelo atraso, que foi involuntário. Sempre fui muito pontual em minha vida. Eu estava me dirigindo para cá 20 minutos antes da reunião, e, por equívoco de um colega, fui desviado da rota, pois recebi a informação de que a reunião havia sido suspensa. Só meia hora depois eu soube da sua realização. Então, peço desculpas. Foi algo completamente involuntário.

Farei rápidas considerações, dado o adiantado da hora.



O meu trabalho ficou extremamente facilitado pelas explanações do Sr. Ministro e do Prof. Glaucius. Isso me dá tranquilidade, porque não terei que me referir a números. Falarei algo conceitual sobre esse programa.

A importância desse programa já se faz sentir no Brasil inteiro. Para usar uma palavra bem paraibana — a Paraíba é a minha terra —, ele buliu com o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Ele buliu, ele mexeu com o Sistema. Se não alcançarmos os resultados que esperamos dele... Vamos alcançá-los, porque o esforço das duas agências é nesse sentido. Em termos de metas e objetivos, de certa forma ele mexeu com o Sistema. As duas agências sentem que o Sistema está mobilizado em torno do Programa Ciência sem Fronteiras. Isso não ocorre só no País, mas no exterior também. O Prof. Glaucius sabe disso. Temos recebido grande visitação de instituições, países, embaixadores, sempre se referindo ao Programa Ciência sem Fronteiras.

Nesta semana, participei de uma reunião com a Vice-Ministra da Educação da China. Ela veio tratar especificamente de uma questão de idioma. A China dá uma grande importância à questão da língua, aquilo a que o Prof. Glaucius se referiu, e talvez um dos nossos gargalos nesse programa seja a língua. Somos um país monoglota. Temos que fazer um grande esforço. E as instituições estão fazendo grande esforço para superarmos essa barreira, que talvez seja a principal no momento. A Vice-Ministra veio discutir no MEC a nossa política em relação às línguas nativas, à língua portuguesa no País e no exterior. Ao final da reunião, ela se referiu ao Ciência sem Fronteiras, fazendo uma oferta de trabalho conjunto, com a China. Estamos discutindo com esse país um acordo de cooperação e esperamos, proximamente, abrir um edital para a China. Estive recentemente naquele país, com 20 instituições brasileiras, para participar de seminário sobre integração. Há grande possibilidade.

Este é o segundo ponto a que eu gostaria de me referir: a tradição brasileira em ciência e tecnologia — o Prof. Glaucius sabe disto, e o Sr. Ministro sabe muito bem disto também — tem as suas raízes fincadas na Europa ocidental e nos Estados Unidos, na América do Norte. Esse programa está propiciando uma diversificação muito grande dessa cooperação. Nós temos sido alvo de um influxo muito grande de países com que jamais tivemos contato, o que está propiciando



uma diversificação das possibilidades de cooperação. Estivemos também na Coreia. A Coreia do Sul está extremamente interessada.

O terceiro ponto sobre o qual eu gostaria de falar em relação ao programa, do ponto de vista conceitual — eu acho que a Presidenta foi muito feliz —, diz respeito à inserção maciça de recursos do setor privado e à sua adesão ao programa não apenas com recursos. O setor privado quer também discutir. Temos tido reuniões com as grandes empresas brasileiras que participarão do programa. Elas estão interessadas em discutir questões relativas a conteúdos. Isso é muito importante para o programa. Não é o caso de elas só colocarem recursos, mas também de discutirem as suas necessidades. Ontem eu estive numa reunião na Associação Brasileira da Indústria Química — ABIQUIM, em São Paulo, e discuti com os empresários da área de química sobre o programa. Eles pretendem discutir questões em que têm interesse. A CNI está presente.

Eu acho que esse é outro componente importantíssimo do programa. Talvez o percebamos marginalmente, mas é importantíssimo. Ele buliu com o sistema todo. Todo o sistema está mobilizado, os jovens estão mobilizados, as famílias estão mobilizadas, os reitores estão mobilizados. Então, este é um momento importantíssimo.

Outro ponto, a que o Prof. Glaucius se referiu muito apropriadamente: o Brasil vive uma janela de oportunidades por causa da crise. Nós vivemos uma janela de oportunidades. Hoje pode haver fluxos migratórios de competência para dentro do Brasil. O programa não vai propiciar, por exemplo, evasão de cérebros, porque realmente as oportunidades estão no Brasil. Então, temos segurança. Nós já tivemos, em anos passados, problema com evasão de cérebros, pequeno, comparado com o do restante da América Latina, mas o tivemos. Hoje em dia, esse problema não se apresenta mais. Estamos no momento propício de mandar gente para o exterior, porque certamente aqui estão as oportunidades. Tanto é assim que eu tenho recebido informes da Associação Brasileira de Engenheiros: estamos recebendo engenheiros da Europa, particularmente de Portugal, que vêm para o Brasil à procura de oportunidade de emprego. Então, eu diria que o cenário atual é muito propício para o programa. Eu acho que a Presidenta foi muito feliz em lançá-lo neste momento.





O quarto ponto que eu gostaria de ressaltar diz respeito ao fato de que o programa define prioridades. Isto é muito importante: ele define prioridades. Pode ser que as prioridades precisem receber um refinamento a partir do diálogo, por exemplo, com o sistema privado, o setor produtivo. Pode ser que recebam um refinamento proveniente do setor acadêmico, de pesquisa, mas a Presidenta definiu prioridades: *“Estas são as nossas prioridades”*. Certamente, elas são aderentes ao processo de desenvolvimento que estamos vivendo. Refiro-me ao pré-sal, à infraestrutura que precisamos melhorar, aperfeiçoar.

Então, eram esses os pontos que eu gostaria de destacar. Ainda há outro, a orientação da Presidenta, a quem eu rendo homenagem. Trata-se da ideia de que as duas agências devam trabalhar juntas. No programa as duas agências estão trabalhando juntas no sentido de dar maior produtividade ao sistema. Não estamos trabalhando separados, como se fôssemos concorrentes; estamos convergentes nos objetivos do programa. Inclusive, isso nos permite executar o que o programa espera, sem termos de fazer grandes contratações ou grandes aportes de dinheiro do ponto de vista administrativo. Essas duas agências são reconhecidas internacionalmente por trabalharem com um regime de administração muito baixo, comparado com seus orçamentos, e isso vai continuar no programa.

Eu queria fazer apenas essas considerações da parte da CAPES, o cabeça do Sistema Nacional de Pós-Graduação, que considero um patrimônio nacional, construído a duras penas nos 61 anos de existência da CAPES e do CNPq. Instituído com investimento público, a duras penas, o sistema não sofreu descontinuidade. Independentemente dos Governos que assumiram o poder, sempre a ciência e tecnologia e a pós-graduação brasileira tiveram participação razoável no Orçamento, em relação ao tamanho do País.

Hoje está havendo um influxo considerável de recursos para a área. Então, eu considero um momento muito oportuno o que a nossa Nação está vivendo. E o programa talvez vá futuramente ser um dos marcos no processo de desenvolvimento científico e tecnológico nacional e no crescimento nacional.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Agradecemos ao Dr. Geraldo Nunes.



Quero manifestar, Ministro, a minha satisfação em ver a preocupação redobrada com o aprendizado de línguas. E o faço até mesmo dando uma cutucada: houve um período, alguns anos atrás, em que uma visão política ultrapassada definiu que o inglês não seria mais uma exigência para se entrar na carreira do Itamaraty. Tentou-se retirá-lo, depois houve o reconhecimento do erro, e o inglês voltou como uma necessidade para a carreira diplomática. É evidente que o Brasil, para ter uma presença internacional mais forte, precisa de incentivo ao aprendizado de línguas.

No Brasil, ciência e tecnologia é uma área em que, felizmente, até hoje, nunca houve influência partidária. Sempre tem existido respeito pelo interesse maior do Brasil em todos os Governos que administraram País.

Vamos agora ouvir os nossos Deputados. Começaremos pelos autores dos requerimentos. Falará o Deputado Sandro Alex e, em seguida, o Deputado Antonio Imbassahy.

Peço a todos os Deputados que sejam o mais objetivos possível, já que a lista de inscritos é grande. Vou pedir também ao Sr. Ministro, ao Dr. Glaucius e ao Dr. Geraldo que sejam objetivos em suas respostas.

Com a palavra o Deputado Sandro Alex.

**O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX** - Obrigado, Presidente Eduardo Azeredo.

Quero cumprimentar toda a Mesa, também a Deputada Perpétua, que participa desta audiência conosco em nome da Comissão de Relações Exteriores. Cumprimento ainda o Sr. Glaucius Oliva, o Sr. Geraldo Nunes e, principalmente, o nosso Ministro Marco Antonio Raupp, a quem agradeço a presença aqui e o ter aceitado nosso convite. Sou um dos autores do requerimento, com muito orgulho. Os demais Deputados o subscreveram pela importância do tema. Digo que o senhor carrega a confiança de toda a comunidade acadêmica e também deste Parlamento. Por sua vasta experiência, quero cumprimentá-lo.

Permita-me, Sr. Ministro, fazer algumas observações em prol de um bom debate e do crescimento da tecnologia e da inovação no País. Como é importante ouvir a palavra “inovação”! Ouvimos mais “Ministério da Ciência e Tecnologia” e



ponto final, mas não podemos esquecer que a palavra “Inovação” integra o nome do órgão.

O senhor mencionou o posicionamento do País em pesquisa e desenvolvimento. Até lhe pergunto se a burocracia não atrapalha o investimento em ciência e tecnologia. Por que as empresas não investem mais, como o senhor estava dizendo? Será que elas não investem justamente em razão da burocracia? Será que ela não atrapalha? Essa é a primeira pergunta que faço ao senhor.

Outro assunto que me preocupa muito, Ministro Raupp, é o que considero apagão da mão de obra, que poderá trazer sérios entraves para nós. De acordo com o CONFEA, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, há um déficit, a cada ano, no País, de 20 mil engenheiros. V.Exa. nos disse que 7% dos formados são engenheiros. Não sei se o número é esse, talvez seja menor, porque o CONFEA também nos diz que, de cada 50 formados, um apenas é engenheiro. Então, talvez o número seja até menor. Também de acordo com dados do CONFEA, digo ainda a V.Exa. que 150 mil engenheiros formados no Brasil não trabalham na área. Pergunto: como o senhor vê esse quadro e também a sugestão de se oferecer curso de mestrado para atualização desses profissionais e seu reaproveitamento em projetos?

Eu estava fazendo uma comparação com os demais países, Ministro. O Brasil tem 400 escolas de engenharia, 2.200 cursos de graduação, que formam 40 mil engenheiros. A China forma 400 mil engenheiros por ano, além de 250 mil com formação assemelhada aos tecnólogos; a Índia, 250 mil; a Rússia, 100 mil. Então, o Brasil está bem atrás desses países emergentes na formação desses profissionais. Já estávamos apontando esse problema há um bom tempo, tanto é que, no Brasil, de acordo com a Confederação Nacional de Indústria, a indústria primeiro contrata o engenheiro, depois é que pergunta o que ele sabe fazer. Esse é o grande problema.

Eu também gostaria de falar com o Dr. Glaucius e com o Ministro sobre a questão das bolsas de pós-graduação. Aí há três problemas envolvendo as bolsas. Primeiro, a falta de bolsas — o Dr. Glaucius falou bem sobre o avanço e a preocupação em aumentar esse número de bolsas; segundo, o valor da bolsa. O senhor até disse que temos de ter os melhores estudantes, mas, para termos os melhores estudantes, precisamos investir para que eles realmente queiram essas



bolsas. Então, essa também é uma grande barreira, não é só a língua. Aliás, digo a V.Exa., Ministro, que temos de incentivar mesmo, dentro das universidades tecnológicas o estudo de outras línguas, principalmente, o inglês dentro das nossas universidades.

Mas me permita fazer uma consideração, Sr. Ministro, e até pergunto também ao Dr. Glaucius: o próprio CNPQ assumiu que o valor das bolsas pagas é irrisório, que deveria ter um aumento real de 50% até o ano passado. Eu gostaria de saber qual foi o aumento, o valor dado nesses últimos meses, até porque tivemos uma perda real de 5%, de acordo com o IPCA medido pelo IBGE. Claro que a bolsa não é salário, mas vamos fazer uma comparação.

Todos sabem, no mercado, o valor paga a um engenheiro. Agora, para se fazer um curso de mestrado, um recém-formado, Ministro, recebe o valor de 1.200 reais. V.Exa. considera que com 1.200 reais é possível ter os melhores estudantes? E mais: para que se tenha o ingresso no curso de doutorado, o valor é de 1.800 reais. Então, Dr. Glaucius, V.Sa. acha que com 1.800 reais nós teremos realmente profissionais qualificados, bons profissionais que tenham dedicação exclusiva, que é isso que se exige na bolsa? Então, eu acredito que esse valor é um valor que realmente não atrai os melhores estudantes.

Pergunto também ao nosso Ministro se V.Exa. já conseguiu colocar em harmonia o INPE com a Agência Espacial. Como está isso?

Com relação ao observatório, esse grande projeto, cuja incumbência V.Exa. acabou recebendo, pergunto: temos garantida a participação brasileira? A Presidenta deu a V.Exa. essa carta branca? Sei que é um valor considerável. V.Exa. vai enviar a mensagem ao Congresso? Como está isso?

Também gostaria de citar aqui o biodiesel. Permita-me falar. V.Exa. mencionou o biodiesel. Vejo que o setor tem mais pressa que o Governo. Como está o marco civil, para que possamos definir a mistura, os impostos, a exportação?

Faço parte da Frente Parlamentar do Biodiesel. Já estive em audiência com a Ministra Gleisi Hoffmann. Esse assunto, tão importante para a sustentabilidade e para a inovação no País, é tratado de forma muito lenta pelo Governo. Gostaria de saber se V.Exa. considera realmente que o Governo trata esse assunto de maneira um pouco lenta, pela importância que ele tem na matéria.



Quero, finalmente, dizer, Sr. Ministro, que, no ano passado, esta Comissão, Presidente Azeredo, aprovou um projeto importante de uma área de *software* de *games* no Brasil. A indústria de *games* no Brasil é o dobro da indústria de cinema no País.

Nós aprovamos aqui nesta Comissão projetos — aliás, foram três projetos em um substitutivo, um é de minha autoria — estendendo benefícios fiscais da Lei de Informática ao setor de jogos, porque os jogos no Brasil são considerados jogos de azar. Os *games* são jogos de azar e não fazem parte da Lei de Informática. É por isso que os *games* no Brasil custam tão caro. Quando vamos a outros países, observamos que os *games* têm um valor muito menor e aqui eles custam uma fortuna. Por isso, nós temos um mercado paralelo, pirata, grandioso, o que atrapalha, inclusive, a pesquisa, a inovação.

Eu gostaria de saber se V.Exa. apoia essa ideia, que é um projeto que tramita e que pode se concretizar.

Agradeço a todos por estarem aqui fazendo este bom debate. Todos aqui temos o mesmo ideal e confiamos em V.Exa.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Deputado Sandro Alex.

Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy, depois a nossa Presidenta Perpétua falará e voltaremos a palavra ao Ministro.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente, Deputado Eduardo Azeredo, Sra. Presidenta, Deputada Perpétua Almeida, Exmo. Sr. Ministro Marco Antonio Raupp, Sr. Geraldo Nunes, da CAPES, Dr. Glaucius, do CNPQ, amigos, Deputados e Deputadas presentes, serei muito focado na minha questão em cima do nosso requerimento com relação aos acontecimentos que estariam ocorrendo com os bolsistas do Programa Ciência sem Fronteiras.

Acho que já destacamos aqui em outras oportunidades que se trata de um programa de grande qualidade, de grande conceito, excelente formulação, enfim, um programa que, indo para frente, como todos nós desejamos, vai trazer, inequivocamente, grandes benefícios para o País.



Mas tomando conhecimento através de noticiário nacional, especificamente o jornal *O Estado de S.Paulo*, de que estaria havendo problemas com o pagamento de bolsas para alunos bolsistas que já estavam no exterior, ocasionando constrangimento para aqueles que estavam vivendo fora do País e certamente com algum tipo de dificuldade por conta de atraso.

Então, formulo algumas perguntas, até porque esse intercâmbio internacional que estimula a formação de mão de obra qualificada, essa troca de experiência e informações dentro do centro de pesquisa e inovação científica é fundamental, mas a nossa preocupação vai exatamente em cima dos bolsistas.

A pergunta, Sr. Ministro, senhores convidados, é a seguinte: quais as regras e qual o prazo que o programa prevê para o pagamento de bolsas? É uma pergunta específica. Realmente está havendo atrasos? Quais os motivos que levaram o Governo a não fazer os depósitos das bolsas a que os bolsistas têm direito?

Outra pergunta também, Sr. Ministro: quais as instituições e quais países estão se negando a aceitar alunos brasileiros? Efetivamente, está ocorrendo isso? Existiriam outros fatores, além da falta de pagamento das bolsas, que estão motivando as instituições a não aceitarem os alunos brasileiros? O que o Governo estaria fazendo para sanar essas questões?

Por fim, Sr. Presidente, com relação à *performance* do programa, gostaríamos de saber o número de bolsistas, alunos, estimulados pelo Governo brasileiro que foram para o exterior antes do lançamento do programa e até agora. O que aconteceu? Enfim, uma comparação. Antes, quantos foram? E, agora, depois do lançamento do programa, o que, de fato, aconteceu para fazermos uma avaliação da *performance*, pelo menos do ponto de vista quantitativo.

Obrigado, Sr. Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Deputado Antonio Imbassahy.

Vamos ouvir, então, a Deputada Perpétua Almeida, e depois voltaremos a palavra ao Sr. Ministro, ao Dr. Glaucius e ao Dr. Geraldo.

**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** - Vou ser rápida, Sr. Ministro, porque vou precisar sair para participar da reunião da bancada.

Preciso de duas informações.



Parece que o Programa Ciência sem Fronteiras tem uma parcela de bolsas que o País banca e outra parcela seria uma parceria com a iniciativa privada, empresas. As informações que tenho são de que as empresas ainda não conseguiram encaminhar um único estudante, viabilizar uma única bolsa. Eu gostaria de entender o que está pegando aí. Inclusive o Parlamento poderia ajudar nesse processo.

Outro fato que também me preocupou é que me parece que as universidades que estão encaminhando os estudantes não têm liberdade de escolha para fazer esse encaminhamento, embora eu ache que precisamos comemorar, porque ontem ou anteontem, salvo engano, o Governo do Canadá colocou à disposição do Brasil 12 mil bolsas de estudo. É, inclusive, outro leque de oportunidade que surge para nós.

Sr. Ministro, presidi, ano passado, nesta Casa, a Comissão Especial de Políticas Públicas de Enfrentamento a Catástrofes Ambientais. Rodei o Brasil. Preocupou-me muito o fato de que o País não está preparado para fazer esse enfrentamento, na minha opinião. As mudanças climáticas no mundo dizem-nos que, cada vez mais, vamos enfrentar catástrofes. Não podemos evitá-las. Vamos, dependendo do nosso preparo, das nossas condições, conseguir evitar as tragédias. Sabemos que muitos países enfrentam rotineiramente catástrofes, mas elas não se transformam em tragédias. No Brasil, não estamos conseguindo evitar isso.

Então, como o Ministério está vendo essa questão dos satélites, das inovações tecnológicas para manter os Estados e os Municípios vulneráveis no nível de informação e preparo? Ao rodar o Brasil, identifiquei que apenas — se eu estiver errada V.Exa. pode me corrigir — a cidade do Rio de Janeiro andou se preparando — ainda não o suficiente — mas com satélite, inclusive com uma sala de monitoramento.

Na minha opinião, o Brasil precisa fazer parcerias com Estados e Municípios e exigir, inclusive, que eles se preparem com o acompanhamento e o reforço do Ministério. Entregamos o relatório em dezembro e conseguimos aprová-lo em março, porque o incluímos em uma medida provisória que o Governo Federal encaminhou a esta Casa. Fiquei surpresa, porque a medida provisória não levava em consideração essas necessidades de avanços tecnológicos que o Brasil precisa para se prevenir.



Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Pela ordem.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Quero fazer uma pergunta a V.Exa. que está conduzindo os trabalhos. Após o Ministro se pronunciar, serão reabertas as inscrições?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Sim, claro. Temos os novos requerimentos. Temos o Deputado Sibá Machado e mais cinco inscritos.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Quero me reinscrever, sem atropelar a ordem dos trabalhos.

Deputado Rogério Marinho, por favor.

**O SR. DEPUTADO ELIENE LIMA** - Sr. Presidente, conversando com o Deputado Ariosto Holanda, S.Exa. sugeriu que fizéssemos uma rodada única, porque as questões são bastante parecidas. O que V.Exa. acha?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) – Acho que podemos ter uma primeira resposta do Ministro, para tornar os trabalhos mais dinâmicos, caso contrário vamos ficar com 10 perguntas. É claro que demora um pouquinho mais, mas já pedi que o Ministro seja objetivo na resposta. Voltamos com um outro grupo, um outro bloco.

**O SR. MINISTRO MARCO ANTONIO RAUPP** - Com relação às perguntas do Deputado Sandro Alex, gostaria de responder alguma coisa e de pedir que alguns secretários do Ministério intervenham para dar mais detalhes.

Por que as empresas não investem mais? É a nossa tradição. Há setores e empresas no Brasil que investem bastante. Temos vários exemplos positivos na questão de ciência e tecnologia para a produção de bens e serviços etc. A indústria aeronáutica surgiu dentro de uma instituição de pesquisa; o agronegócio é um investimento do Governo, mas há hoje toda uma rede de empresas atuando no desenvolvimento de novas sementes associadas com o agronegócio e se desenvolvendo bastante.

O petróleo é uma questão estatal, mas também há muitas empresas que são fornecedoras da PETROBRAS e que estão se agregando ao esforço tradicional da PETROBRAS. Por exemplo, todas essas empresas, fornecedores internacionais e





nacionais, estão se instalando no Parque Tecnológico da Ilha do Fundão. Fora desses grandes movimentos, temos exemplos de indústrias menores, a exemplo das indústrias de cosméticos. Temos bastante investimento em organismos da biodiversidade brasileira para produzir cosméticos com grande sucesso no mercado internacional.

Outro grande exemplo de sucesso totalmente de responsabilidade do setor privado é a automação dos nossos sistemas bancários. Dado o problema da inflação, isso já aconteceu há algum tempo, hoje temos um sistema bancário altamente informatizado e automatizado, sem similar no mundo. Somos exemplos para o mundo. Isso foi investimento totalmente privado.

Então, não é que não tenhamos exemplos disso. Estou me referindo aqui ao seguinte: temos que disseminar essa motivação para a empresa investir, e o problema está muito concentrado na questão industrial.

Tivemos um processo de industrialização do País nos anos 50, 70, que foi muito importante. Temos uma base industrial importante, mas se desenvolveu aqui a indústria com proteção legislativa, o mercado, mais ou menos, à disposição dentro de modelos estabelecidos. Tivemos sucesso nisso, mas temos dificuldades em colocar esse setor em condições de competir no mercado internacional, no mercado global. Então, o grande desafio está ligado ao setor industrial.

Quando falei daqueles investimentos da FINEP nessas grandes empresas brasileiras, eles estão se concentrando nessa área industrial. Desenvolvimento é disseminação, é, vamos dizer assim, a participação de todos, a produção ampla com base tecnológica, todo mundo, vamos dizer assim, seguindo essa linha, tendo essa capacidade de competir externamente, porque isso é que dá sustentabilidade econômica à coisa. Desenvolvimento também significa participação ampla de toda a da sociedade. É sustentabilidade social.

O que estamos dizendo é que temos bons exemplos onde há esses investimentos e tivemos bons resultados. O nosso desafio agora é disseminar essa atitude e essa preocupação e disseminar, portanto, os investimentos em todas as empresas. É aí que eu acho que alcançaremos um patamar mais adequado e comparável aos países que tiveram sucesso de um modo geral.



Acho que é uma questão localizada. Mas o setor industrial, obviamente, é importantíssimo. Se você não disseminar isso lá, você ficará atrasado. Então, é um desafio importante, mas também não estamos a zero. Esse é o ponto.

Quanto a formação de engenheiros, temos déficit. Os meus assessores é que colocaram aqui o número de 7% , mas não quero garantir. Tenho que ver de onde saiu esse dado. Mas o fato é o seguinte: dados de todos os lados e também a nossa experiência diária, pois militamos nesse setor, nos dizem que o déficit de engenheiro no País é muito grande. Por isso, o Programa Ciência sem Fronteiras. O grande elemento desse Programa é onde existe déficit na nossa educação, que são nas ciências naturais — física, química, biologia. Computação não é ciência natural, nem matemática, mas fazem parte, se desenvolveram no contexto do desenvolvimento dessas ciências naturais. Em inglês, chama-se isso de *hard science*. Você entende o que eu quero dizer.

A nossa pós-graduação contemplou isso no início. Começou aqui, mas depois nossa pós-graduação enveredou também pelas ciências humanas, que são absolutamente necessárias, mas, devido ao período em que ficamos aqui sem política industrial, sem desenvolvimento no País — um período muito longo que baixou significativamente a demanda por engenheiro, que era muito baixa e, hoje, é altíssima — não temos como responder a essa demanda, não temos produção para responder á demanda. Mas por que não se formou engenheiro? Porque o processo de formação foi interrompido pela demanda industrial, que baixou muito. Então, o esforço do Ciência sem Fronteiras é nessa linha, que é absolutamente vital para uma retomada de desenvolvimento.

Outra coisa que V.Exa. mencionou foi a questão de aproveitar o engenheiro de uma forma mais rápida, quando ele entra numa empresa. No Brasil, você contrata um engenheiro, como V.Exa. bem mencionou, e depois tem de fazer um curso especial para ensinar a ele o que ele irá fazer dentro da empresa. Há outros mecanismos muito importantes que superam essa questão, que é estimular o aluno a fazer estágio durante o curso de engenharia,.

Ontem, o Governador-Geral do Canadá estava dizendo qual é a prática naquele país. Lá, o curso de engenharia é dividido em partes: oito de matérias de conteúdo e seis de matérias extras. Dessas seis partes, cinco são estágios em



empresas. A associação entre a universidade e a empresa promove esse tipo de interação. Isso faz com que as empresas escolham os engenheiros durante esse período de colaboração. É muito melhor, porque se observa o engenheiro por mais tempo e só contratam aqueles que realmente podem ser direcionados para a demanda da empresa. Isso é algo que tem que mudar no nosso ensino aqui.

Eu acho que está mudando, mas muito lentamente, porque o nosso sistema universitário é burocrático, não há dúvida alguma. Mas é uma tradição, cuja culpa não é só do Governo, mas também das organizações profissionais. Os CREAS têm força muito grande na definição e na exigência dos currículos de engenharia. Eu acho que isso aí tem que ser modificado. V.Exa. tem toda a razão, mas existe soluções para isso.

Quanto ao valor das bolsas, reconhecemos que há quatro anos não há valorização. Depois corrijam os meus dados do CAPES e do CNPQ, para não comprometer o meu depoimento. Se quisermos atrair engenheiros para uma formação superior mais adequada às demandas das empresas, mesmo que estejam no sistema produtivo, é preciso mandá-los de volta aos bancos da escola para se desenvolverem mais, fazer uma pós-graduação, para darem uma contribuição mais efetiva e também satisfazer as suas ambições de desenvolvimento profissional. Mas bolsa é bolsa, salário é salário, nunca deveríamos fazer essa comparação. Devemos estimular essas carreiras para terem melhor remuneração e atrair mais gente para onde existe déficit. Estamos reconhecendo todos aqui — acho que sim.

O Ministro Mercadante e eu somos responsáveis por esse valor e estamos estudando a possibilidade, no Orçamento deste ano, de encontrar espaço para aumentarmos o valor das bolsas em nível de mestrado e doutorado. Não como está sendo reivindicado, e que se justiça.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. MINISTRO MARCO ANTONIO RAUPP** - Não, em geral. Aqui há uma coisa chamada isonomia, que tem de ser respeitada.

Uns reivindicam 40% outros 20%. Nós estamos pensando em dar 10%, se encontrarmos espaço no Orçamento deste ano. Eu pediria depois que dados do CNPQ respondessem alguma coisa nessa linha.



Quanto a harmonia entre INPE e AEB, existe uma proposta que estabelece o INPE como parte do Programa Espacial Brasileiro, que é dirigido pela Agência Espacial Brasileira.

O INPE está fora da AEB, o que tem proporcionado uma disputa entre as duas organizações nada salutar para o Programa Espacial Brasileiro. Eu respondi por esse setor, no ano passado, e uma das atribuições a que eu me propus foi superar essa dificuldade.

Proponho a mudança institucional. O INPE estaria diretamente alinhado com a AEB. Por isso, eu quero nomear o novo Presidente da Agência Espacial, ao mesmo tempo em que nomeio o novo diretor do INPE, no momento em que eu tiver estabelecido e aprovado no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão essa nova estruturação.

Mas isso nós estamos fazendo não só para a IBI, mas para todos os institutos do Ministério, como eu realcei aqui. Nós queremos que esses institutos tenham missões na execução da política de ciência e tecnologia do Governo. Muitas vezes eles ficaram completamente fora de alinhamento com essas políticas. E é isso que nós queremos evitar. O INPI é um caso, mas existem outros institutos também que nós estamos procurando alinhar com outras secretarias e agências do Governo, tendo em vista maior reforço à execução da nossa política, mais instrumentos diretamente vinculados ao Ministério, para que possamos ter mais efetividade na execução da política.

ESO, observatório do sul. Trata-se de um projeto colocado para nós. Nós vamos enviar, sem dúvida nenhuma, para o Congresso. Quem tem que decidir isso é o Congresso, porque já foi aprovado no Ministério na gestão do Ministro Sérgio Rezende e já passou também pelo Ministério das Relações Exteriores. Chegou recentemente lá vindo do Ministério das Relações Exteriores. Então, o próximo passo é enviar para o Congresso. Nós vamos fazer isso.

Agora, um alerta. Nós estamos tendo um certo comedimento em avançar nesse projeto, porque não tem recurso, não está previsto em orçamento nenhum. Então, ele tem que ser incluído no Orçamento. Quando vier para o Congresso, espero que o Congresso também olhe esse lado orçamentário, senão, não haverá solução. É um projeto que, vamos dizer, seria uma declaração de intenção. Nós não



queremos fazer isso, principalmente porque é um compromisso internacional. Então, nós temos que ter o respaldo orçamentário. É uma questão que segura um pouco a tramitação desse projeto.

Em relação ao biodiesel, a regulação está lenta. Está lenta mesmo. Acho que colocamos metas. Talvez nós devêssemos ter metas, por exemplo, na percentagem do uso de oleaginosas na mistura do *diesel*. Isso é o que vai estimular grandemente o desenvolvimento do setor. Mas é uma questão que transcende o Ministério, é uma questão do Conselho de Petróleo, da política de petróleo, é uma questão do Ministério de Minas e Energia e um problema maior de Governo. Nós entramos muito e talvez exclusivamente na parte tecnológica. Desenvolvemos e estimulamos projetos no setor e apoiamos o desenvolvimento tecnológico, que viabilizou a solução do biodiesel. Mas nós não somos responsáveis pela política em relação à questão de qual é o percentual de biodiesel que nós vamos usar no *diesel*, pois é uma questão maior de Governo. Eu não tenho condições de discutir isso aqui.

*Software* de games. Eu confesso que ainda não entrei nessa questão. Não é questão só de *software*, mas é questão de como classificar isso não como jogo de azar, como o Deputado Sandro Alex está falando aqui, mas como um produto disponível para todos. Eu não sei como está isso, não tenho conhecimento. Infelizmente o Secretário de Política de Informática não está aqui para poder responder plenamente a essa questão. Mas eu vou me informar e entrarei em contato posteriormente.

Deputado Imbassahy, em relação ao pagamento de bolsista no exterior, eu peço aos representantes da CAPES e do CNPq que respondam — deixa eu avançar aqui —, porque eles têm informações precisas sobre isso.

Se existem países que se negam a receber bolsistas, eu não tenho notícia disso, não existe esse caso. Pelo contrário, existem países que estão se abrindo, querendo, porque no fundo nós estamos pagando bolsa, estamos usando o sistema universitário deles, pagando as taxas escolares. Isso é um benefício para eles também. Os bolsistas vão para as grandes universidades americanas, onde está concentrada grande qualidade da ciência internacional. Eles sempre receberam com toda boa vontade a onda de chineses, a onda de coreanos. Agora, é a onda de brasileiros. Esse é um bom sinal que eles nos recebam. Agora o Canadá, por



exemplo, faz ofertas significativas. Por quê? Porque eles querem. Nós temos que aproveitar as oportunidades. Portanto, escolher as melhores universidades. Nunca houve restrição nenhuma a nos receber.

*Performance*, número de alunos, antes e após. Eles também vão dar esses dados para vocês.

Deputada Perpétua, governos e empresas, se as empresas não estão fazendo a parte delas — eles também vão dar dados sobre isso. O ponto é o seguinte. O que está amarrando aí é que as empresas vão colocar recursos. Então, é preciso fazer convênios. As empresas vão ter que fazer algum tipo de acordo ou contrato com a CAPES e o CNPq, com as agências executoras, porque a CAPES e o CNPq executam isso. A empresa não dá bolsa direta para um bolsista, mas dá por meio da CAPES e do CNPq. E CAPES e CNPq têm essa *expertise* de onde colocar, quais são as boas universidades, como escolher os estudantes que têm condições de aproveitar um programa desse. Então, não é uma coisa que aconteça imediatamente.

Essa negociação está em curso. Eu peço ao Glaucius e ao Geraldo que falem mais sobre isso. Mas no fundo é isso. Nós já temos notícias de várias empresas e organizações que já estão assinando acordos, têm previsão de assinar acordo com a PETROBRAS, por exemplo, no dia 9 de maio. Assinado esse acordo, recurso repassado, começa a executar diretamente. Não tem tido problema nenhum aí. Não se estabeleceram de fato, mas está previsto para logo.

Em relação à questão das catástrofes ambientais, sistemas de alertas nas várias cidades, o sistema da GeoRio é pioneiro nessa atividade. O sistema da GeoRio, no Rio de Janeiro, é pioneiro. Reconhecemos isso. Estão lá estabelecidos há muito tempo. No ano passado, o Governo Federal, a Presidenta Dilma, logo no início do seu mandato, houve aqueles acidentes em Friburgo, etc., ficou preocupadíssima com isso e determinou ao Ministério da Ciência e Tecnologia e ao Ministério da Integração Nacional que desenvolvessem em parceria sistema de alerta e sistema de mitigação de intervenção para prover os meios de minorar esses desastres.

Está aqui o Secretário Carlos Nobre, que foi responsável pelo estabelecimento de Centros de Monitoramento e Alerta sobre Desastres Naturais.



Esses centros estão funcionando desde 2 de dezembro, ele está implantado em Cachoeira Paulista, nas instalações do Instituto Nacional de Pesquisa Especial, está funcionando, está fazendo alerta com grande sucesso. Eu pediria que S.Sa. também desse dados sobre esses acidentes que ocorreram antes e depois do estabelecimento desse sistema de alerta.

Em relação à Defesa Civil, segundo os dados que temos, a situação melhorou significativamente esse ano em relação ao ano anterior. V.Sa. poderia depois, se o Presidente permitir, informar dados sobre isso.

Fico por aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - O Sr. Geraldo Nunes poderá dar essas respostas mais rápidas.

Informo aos Deputados que a Ordem do Dia já começou, mas nós podemos continuar aqui ouvindo rapidamente as respostas. Ainda temos inscritos os Deputados Ariosto, Carlinhos, Sibá e Rogério Marinho.

**O SR. GERALDO NUNES** - Obrigado, Sr. Presidente. Quero rapidamente complementar as informações do Ministro. Começo pelo Deputado Sandro Alex, que levantou a questão dos valores das bolsas.

A CAPES e o CNPq, no ano passado, instituíram uma portaria conjunta especificamente para as áreas tecnológicas e de engenharia, que permite que o bolsista, além de ganhar a bolsa, possa ter um salário. É uma portaria conjunta que permite que os alunos das áreas tecnológicas e engenharias não se dediquem exclusivamente à pós-graduação, no sentido de minorar essa questão. Foi uma medida que a CAPES e o CNPq tomaram estabelecendo essa portaria conjunta, que permite que os engenheiros, por exemplo, que queiram fazer um mestrado possam também acumular com o emprego e realizar esse mestrado. Foi uma medida paliativa, mas que está funcionando.

Com relação ao Deputado Imbassahy, eu fui bolsista da CAPES nos idos 90 na Coreia do Sul. Eu passei 8 meses na Coreia do Sul e passei 4 meses sem receber a bolsa. O senhor imagine como foi desagradável. Eu sei o que é isso. Então, como eu experimentei esse negócio na carne, — sobrevivi comendo cachorro literalmente — senti isso na pele, eu sei o que isso significa. Então, vou dizer ao senhor quais são as regras. As regras são as seguintes: o estudante recebe um



pacote dizendo que ele tem direito a seguro saúde, auxílio instalação, mensalidades, uma passagem de ida e volta, etc. Nós damos o pacote e ele recebe uma carta. No país, nós pagamos o auxílio instalação, que corresponde a uma mensalidade, o seguro saúde. Ele já sai com esse dinheiro na mão para, quando chegar lá, já ter o dinheiro para se movimentar.

Destaco que a primeira mensalidade nós estamos pagando no país. Qual é o problema? Nós deixamos de trabalhar com dezenas e estamos trabalhando com milhares. E, mais, diversificando muito os centros que nós estamos trabalhando. Nós não estamos trabalhando apenas com Nova Iorque, com Boston, com Washington, com Londres. Nós estamos trabalhando com os Estados Unidos inteiro, com cidades pequenas inclusive, e às vezes há uma dificuldade muito grande para o aluno abrir a conta. Às vezes, com o rendimento que ele tem, aquela bolsa, os bancos não querem abrir a conta. Então, nós estamos com esse problema real. E como nós estamos corrigindo isso? Os próximos bolsistas já vão receber também aqui no Brasil a primeira mensalidade para que eles possam ter um tempo para poder encontrar uma saída. Nos grandes centros tem o Banco do Brasil. Então, já foi instituída a portaria que estamos pagando no primeiro mês.

Como disse o Ministro, nós desconhecemos países que não querem receber bolsistas. Muito pelo contrário. Tive um depoimento do reitor de Bolonha, na Itália, que foi emocionante. Ele disse assim: *“Eu quero ver os corredores da Universidade de Bolonha cheios de estudantes brasileiros, porque eu não aguento mais ver nossas universidades com os corredores vazios.”* Na Itália está havendo um processo de esvaziamento das universidades, ninguém mais quer fazer doutorado e mestrado. Então, muito pelo contrário.

Em relação ao número de bolsistas, o Prof. Glaucius tem os números precisos e ele poderá informar. Eu queria ainda fazer duas referências em relação à questão das bolsas das empresas. O Ministro citou muito bem. Nós temos que fazer acordo com as empresas. E não só com as empresas. Nós temos empresas como PETROBRAS, ELETROBRAS, Vale, mas também temos associações como FEBRABAN, CNI e ABDIB. A negociação é diferenciada para essas associações e para as empresas. E, como disse o Ministro, nós estamos assinando com PETROBRAS. E a ELETROBRAS estará aqui, amanhã, para fecharmos o nosso





acordo com SICAPES/CNPq. E nós também estamos com um acordo quase fechado com a Vale. Mas isso tem que passar pelas jurídicas e respectivas instituições, pela CAPES e pelo CNPq. Esse dinheiro vai ser depositado numa conta do Tesouro Nacional para que seja gerenciado pelas duas agências.

Mas eu queria fazer referência ao seguinte. Nós temos também outras empresas que deram dinheiro. A Boeing deu 750 mil dólares *cash*, colocou 750 mil dólares na Fulbright para ser gerenciado em benefício do programa Ciência sem Fronteiras. A Varian, uma grande empresa americana que fabrica produtos médico-hospitalares — inclusive o Presidente Lula foi tratado num hospital em São Paulo com um desses equipamentos que é de excelente qualidade —, está colocando à disposição as suas empresas nos Estados Unidos e fora dos Estados Unidos para que nós possamos colocar os nossos alunos como estagiários. Nós vamos assinar um convênio com a Hyundai — eu estive na Hyundai na Coreia — para colocar bolsista brasileiro na Coreia dentro das empresas daquele país. Então, tem toda uma gama de possibilidades com empresas que nós não tínhamos anteriormente. Estamos tratando disso agora.

A liberdade de escolha, a que a Deputada se referiu, o senhor talvez tenha esquecido, Ministro. Como nós podemos trabalhar com liberdade de escolha trabalhando com milhares de pessoas? Isso é impossível. Imagine um estudante brasileiro de graduação aqui se comunicar com uma instituição nos Estados Unidos e pedir um *placement* lá. O Prof. Glaucius sabe que isso é quase impossível. Isso tem que ser feito por meio de uma parceria. Nós temos agentes em cada país que fazem esses contatos. São agentes credenciados, como o IIE, nos Estados Unidos, que são especialistas nisso e fazem as escolhas que nós determinamos. Então, quem faz a primeira escolha é o aluno aqui. Ele diz: “*Eu quero ir para Harvard.*” E nós orientamos o IIE para tentar colocar aquele aluno em Harvard. Agora, é impossível pensar que esse aluno vai se dirigir para Harvard e Harvard vai pelo menos ouvi-lo. Então, a sistemática de quem passa de uma escala de dez para milhares tem que ser dessa forma. Não há outra forma de fazê-lo.

Prof. Glaucius, não sei se o senhor queria complementar.



**O SR. GLAUCIUS OLIVA** - Eu vou começar justamente me referindo ao caso específico que foi objeto de uma matéria no *Estadão*. É o caso de um estudante no Canadá.

Merece aqui destaque o fato de que nós temos dois mecanismos de admissão para estudantes irem para o exterior, na modalidade de graduação sanduíche. Nós, como foi falado aqui, tínhamos um objetivo: além do treinamento, bulir, como disse aqui o meu colega paraibano, com as universidades brasileiras. Ou seja, movimentar as universidades brasileiras para que buscassem as parcerias, os acordos, a interação, se abrissem para o mundo.

Então, o que nós fizemos? No ano passado, em setembro, atribuímos 4 mil bolsas de graduação, proporcionalmente ao tamanho dos programas PIBIC. Programa PIBIC é Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, é o programa mais antigo no CNPq de bolsas de IC. Nós damos cotas de bolsas para as universidades, e as universidades fazem um processo competitivo interno para selecionar os seus alunos de Iniciação Científica. A cada programa, nós atribuímos, também, um conjunto de bolsas de graduação sanduíche, que eles também têm que selecionar por seleção interna e identificar os parceiros no exterior, fazer os convênios, achar os intercâmbios e colocar esses alunos no exterior. Muito bem.

Esse aluno é do Mackenzie, ele foi selecionado pelo Mackenzie, que já fez uma coisa errada de entrada, porque disse o seguinte para o aluno: *“Eu dou a bolsa para você, porque você está bem classificado aqui, mas você acha um lugar para ficar, para ir para o exterior.”* Ele escreveu para várias universidades. Em particular, um professor brasileiro, de uma universidade do Canadá, disse, em uma carta resposta: *“Pode vir. Eu aceito. Você vem trabalhar comigo aqui no laboratório.”* Não avisou à universidade canadense, não avisou à universidade brasileira. A universidade brasileira aceitou essa carta e mandou o menino, informando ao CNPq: o aluno foi aceito em tal universidade.

Como disse aqui o Dr. Geraldo Nunes, o que nós damos para os alunos? Eles recebem, no Brasil, a passagem de ida e volta, um seguro-saúde no valor de mil dólares, um auxílio-instalação no valor de 1.300 dólares, e, no caso do CNPq, recebiam, já de entrada, a primeira mensalidade em reais. Quer dizer, recebem o auxílio-material acadêmico, que são mais mil dólares. Esse material acadêmico é,



em princípio, o recurso que eles têm, por exemplo, para comprar um computador ou materiais que eles precisem para executar as tarefas acadêmicas lá.

Então, vamos recapitular: ele recebeu mil dólares de seguro-saúde, 1.300 dólares de auxílio-instalação, mil dólares do auxílio-material acadêmico e recebeu a primeira mensalidade de 870 dólares. Na graduação, a mensalidade é 870 dólares. Recebeu isso tudo no Brasil, no dia 15 de fevereiro, quando saiu. No dia 15 de março, ele queria ter recebido a segunda mensalidade. As mensalidades do CNPq pagas no exterior, e da CAPES também, são pagas através de uma agência bancária, que é o Banco do Brasil em Nova York, que, todo dia 5 de cada mês, faz seus pagamentos. Então, a segunda mensalidade, que ele queria receber no dia 15 de março, ele ia receber no dia 5 de abril.

A matéria do *Estadão* saiu no dia 22 de março, reclamando que ele não havia recebido a segunda mensalidade, e que a universidade de lá não estava avisada de que eles tinham um estudante. Isso foi claro, eles foram por conta da carta de um professor.

Então, isso motivou uma série de alterações. Agora, dentro do CNPq, mesmo nas bolsas que são indicadas pelas universidades, nós exigimos uma carta formal de aceitação da instituição de destino para começar a fazer os pagamentos para os estudantes. E nós, para os estudantes de graduação, também optamos — já passamos uma portaria interna — que vamos pagar 3 meses antecipados, antes de eles saírem do Brasil, de tal forma que eles tenham estabilidade para chegar e se organizar.

Como é o outro processo de seleção de bolsistas no exterior de graduação? São as chamadas nacionais. Então, são dois processos: bolsas que damos para as universidades, as universidades selecionam, arrumam os seus parceiros e mandam os alunos, e também as chamadas nacionais.

Na chamada nacional, é diferente, porque nós estamos negociando, com as universidades, pacotes. Com as universidades americanas, por exemplo, nós incluímos no pacote mensalidade, acomodação, alimentação. E, aí, o estudante só recebe 300 dólares adicionais por mês. O auxílio-instalação, ele recebe integral, 1.300 dólares; o auxílio-material acadêmico, ele recebe integral; o auxílio-saúde, ele recebe integral. Só não vai receber os 870 dólares da mensalidade. Ele vai receber



300 dólares, porque já vamos pagar — e já pagamos, porque já estão correndo assim os alunos dos Estados Unidos —, diretamente para a universidade, o alojamento estudantil e as refeições todas, de manhã, de tarde e de noite. Então, ele está coberto, tem 300 dólares a mais para o final de semana ou, eventualmente, para algum transporte que ele queira fazer. Então, isso tudo está equacionado.

Nesse caso específico, foi um aluno.

O que nos deixou um pouquinho chateados é que, no dia seguinte — aliás, no mesmo dia da nota do *Estadão* —, eu mandei uma nota esclarecendo isso tudo. Evidentemente, ela não foi publicada. Cinco dias depois, o *Estadão* fez um editorial repetindo o mesmo dado, que eu já havia esclarecido na nota anterior. Fiz uma nova nota, e ela também não foi publicada. Mas isso faz parte da nossa relação com as instituições e com a imprensa em geral. Aliás, é fundamental que tenhamos a imprensa sempre junto para nos alertar dos casos em que os problemas possam acontecer.

Como disse o pessoal, não há nenhuma universidade que não esteja querendo aceitar os estudantes. As universidades não abdicam, e está correto, do seguinte: quem faz a aceitação final é a universidade lá. Nós aqui fazemos uma pré-seleção, nós classificamos os nossos alunos pelos nossos critérios — ENEM, qualidade dele na graduação, língua, habilidade. Aí, apresentamos os nomes, com o nosso parceiro, à universidade no exterior. Aí, eles fazem a seleção, de acordo com os seus critérios. Nós não vamos empurrar nenhum aluno para dentro de Harvard, se Harvard não aceitar, com base nos critérios deles. Não é por cota para nós, não. Então, essa aceitação final, em todos os convênios que assinamos, é de responsabilidade final da empresa de destino.

Portanto, em termos gerais, o programa está indo muito bem. Não há atraso algum. Como eu disse, há 3.700 alunos no exterior. Nós tivemos uma referência a um problema no caso do aluno no Canadá.

**(Não identificado)** - E com relação aos quantitativos hoje?

**O SR. GLAUCIUS OLIVA** - Pois não. Em relação aos quantitativos, como eu disse, nós temos 3.700 alunos no exterior, já fora. Nós temos 10.300 alunos que serão selecionados, seja na chamada de dezembro — nós estamos finalizando o *placement* — seja na chamada de março, cuja inscrição termina amanhã, e faremos



o *placement* para sete países. Entre essas duas, nós temos mais 10.300 alunos que estarão selecionados e estarão fora do País a partir do segundo semestre de 2012. Portanto, isso vai dar 14 mil alunos. E temos uma nova abertura de chamada para cinco países. Sempre vamos fazer duas chamadas por país por ano. Então, em dezembro, nós chamamos Estados Unidos, Reino Unido, Itália, França e Alemanha. Agora, chamamos sete países, em março. Em junho, vamos chamar de novo aqueles cinco países. Depois, em outubro, vamos chamar de novo esses mesmos sete. Então, até o final do ano, a nossa previsão é ter 20 mil estudantes selecionados no exterior.

**(Não identificado)** - E antes qual seria o desempenho?

**O SR. GLAUCIUS OLIVA** - Em 2010, o CNPq tinha 500 estudantes, não só estudantes, mas todas as bolsas no exterior. Não tínhamos graduação. Era Doutorado Sanduíche, Doutorado Pleno, Pós-Doutorado, Estágio Sênior no exterior. O CNPq tinha 500 estudantes. A CAPES tinha 5 mil estudantes. Todas as áreas do conhecimento.

Esses 20 mil estarão apenas nas áreas do programa Ciência sem Fronteiras. CNPq e CAPES mantêm os seus programas tradicionais para todas as áreas, incluindo ciências sociais e humanidades. Portanto, o número total, a que se deve chegar ao final de ano, de brasileiros no exterior com bolsa do CNPq e da CAPES deve passar de 25 mil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado.

Ainda antes de passar para o Deputado, o Ministro pede ao Dr. Carlos Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, que complemente a questão das catástrofes.

**O SR. CARLOS NOBRE** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Rapidamente, se puder.

**O SR. CARLOS NOBRE** - Muito rapidamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. O CEMADEN começou a funcionar no dia 2 de dezembro, com atuação 24 horas por dia, todos os dias do ano. Já emitiu 100 alertas. É um trabalho muito articulado com a Defesa Civil, com a Agência Nacional das Águas, com a CPRM. Cobre todo o Brasil e cobre todos os tipos de desastres.



Alguns resultados. Eu quero mostrar resultados concretos, para a Deputada Perpétua notar que nós não estamos mais na época das tragédias. Os desastres continuam a acontecer.

Por exemplo, nós tivemos, nesse período de novembro até hoje, 57 mortes por deslizamentos, enxurradas e inundações no Brasil. Esse é o menor número de uma série histórica de muitos e muitos anos. Isso se deve, principalmente, a esse trabalho articulado: o alerta, com a resposta preventiva da Defesa Civil.

Nos Municípios monitorados pelo CEMADEN — hoje são 109 —, houve só 10 mortes. Então, há uma diferença de escala muito importante que eu quero registrar.

Impacto de secas. Uma semana após o CEMADEN definir que a estação chuvosa do Norte e do Nordeste já tinha se encerrado, que foi na semana passada, a Presidente Dilma organizou uma atividade de resposta: o que o Governo Federal junto com os Governos Estaduais vão fazer para responder a uma seca que é das mais intensas registradas, comprável a 1988 e 1983. Na segunda-feira houve uma reunião em que essas medidas foram anunciadas. Tenho certeza de que V.Exas. acompanharam isso. Essa é uma resposta direta ao sistema de alerta. Ele detectou que a chuva já tinha parado, calculou os impactos de agricultura, abastecimento de água, e houve uma resposta.

E uma terceira, que já está se desenrolando, até na região da Deputada, junto com ANA, CPRM, o CEMADEN e com a Defesa Civil, já anunciou que teremos uma megainundação, uma megaenchente na Amazônia. Ela está começando a ocorrer, vai se intensificar muito de agora até junho e as ações da Defesa Civil já estão sendo tomadas.

Queria registrar esse grande progresso que é esse trabalho do CEMADEN, articulado com essas outras agências, principalmente a Defesa Civil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Dr. Carlos.

Com a palavra o Deputado Sibá Machado, autor do requerimento.

Em seguida, Almeida, Ariosto e Rogério Marinho.

**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - Sr. Presidente, com tantas atividades temos que nos dividir em várias. Temos que dar atenção à CPMI, começou a leitura do Código Florestal, vai ter muito debate ainda hoje.



Em primeiro lugar, quero saudar o Ministro Antonio Raupp, Dr. Geraldo Nunes, Dr. Glaucius Oliva e demais Parlamentares.

Começo essa breve fala pedindo um aplauso ao Deputado Ariosto Holanda por esse trabalho. (*Palmas.*)

É um trabalho que folheei, mas ainda não pude ler. Com certeza farei isso nesse final de semana. Vi que ele retrata um pouco do histórico dessa área tão importante para nosso País. É um trabalho digno de ser colocado até nas prateleiras das bibliotecas das escolas.

Esse programa Ciência sem Fronteiras não tem nada no Brasil que se possa comparar. É pegar um atalho muito significativo para os avanços da tecnologia no nosso País, um amadurecimento cada vez maior da capacidade de pensar e poder, inclusive, resgatar pessoas. Em outros momentos seria impensável participar de um programa dessa natureza. Nas poucas escolas que visitei para apresentar a ideia do Ciência sem Fronteiras, o pouco que eu conheço, vimos um brilho nos olhos da criançada de esperança, a expectativa de poder participar de um desafio desse tamanho.

Então, qualquer que seja o problema do programa é muito pequeno diante de seu alcance. Nós estamos mais para colaborar com a solução de algum embaraço que venha a ocorrer.

Queria saudar o Ministro, a sua equipe, a Presidenta Dilma por essa brilhante ideia.

Em segundo lugar, para poder entrar diretamente nos desafios, eu tenho sentido uma preocupação, Sr. Ministro, que eu retrato no meu Estado. Queria entender que é uma realidade nacional. O Estado do Acre passou 110 anos vivendo unicamente da borracha. No modelo da exploração da borracha, o trabalhador, o seringueiro era proibido de aprender a ler, a escrever, a fazer uma conta, para poder ser enganado na hora de vender a borracha e fazer as suas compras. E nós só começamos a mexer com isso de 1999 para cá. Hoje é um Estado que está entre o 7º, o 8º lugar, no máximo o 9º lugar no que diz respeito à educação, quando ocupava o 27º lugar, era o último.

Foi um desafio conseguir fazer com que todos os professores do Estado do Acre tivessem curso superior. Agora, diante de tantos desafios, fala-se em ciência,



tecnologia, pesquisa, inovação e tantas coisas, faço uma pergunta. Não seria o caso da CAPES abrir um programa de mestrado — já que conseguimos o desafio de superar o semianalfabetismo da rede de professores do Estado e dos Municípios, sejam urbanos ou rurais —, e um doutorado para essa turma dar um passo a mais?

O segundo, ainda dentro do programa Ciência sem Fronteiras, se não o caso de pedir aos Governadores que ajudem de alguma maneira, porque estamos fazendo uma campanha dentro do Estado. Acabo de falar ao telefone com o Governador e ele disse que havia três Estados na Amazônia que não tinham a Secretaria de Ciência e Tecnologia nem a Fundação de Amparo à Tecnologia: Rondônia, Acre e Roraima. No Acre, acabou de ser criada. Aliás, a posse do Secretário vai ser na próxima semana.

Segundo, ele está bancando o curso de inglês para a meninada que queira disputar o Ciência sem Fronteiras — 100%, de graça. Começa com mil jovens, para preparar os meninos para entrar no programa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Deputado Sibá, vamos precisar agora que a Receita Federal aceite o curso de língua como educação, para efeito de desconto no Imposto de Renda..

**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - Eu ia chegar lá, mas já que V.Exa. lembrou, é inaceitável essa decisão. Não tem cabimento, é querer dar macha ré. Hoje, falar inglês é uma necessidade do atual mercado de trabalho. Acredito que o programa vai resgatar os chamados autodidatas escondidos pelo Brasil afora, porque com um celular e Internet, por mais vagabunda que seja, ele consegue hoje acessar a quase tudo.

Então, o desafio seguinte é o apoio dos Governadores. Isso é possível, Sr. Ministro, é possível o Ciência sem Fronteiras brasileiro a distância?

Os desafios desta Casa: o Código da Ciência, que temos de desenhar. Não foi nem instalada a Comissão Especial. Precisamos pavimentar o ambiente jurídico desses desafios todos sobre os quais estamos falando aqui. O Código da Ciência precisa avançar.

Sugiro, Dr. Nunes e Dr. Gláucio, que o Ministro converse até por telefone com os Governadores de Rondônia, de Roraima e com Líderes das bancadas, para que





incentivem a criação da Fundação de Amparo e da Secretaria de Ciência e Tecnologia nos dois Estados.

*Royalty* do pré-sal. Precisamos mostrar, como V.Exa. descreveu muito bem, a cada reunião dessa aqui, que não estamos tratando aqui de assunto partidário. O assunto aqui é Brasil. Então, tem que pagar uma boa parte disso. O Relator já colocou que, obrigatoriamente, 50% — excetuada a parte que está no conflito entre o Rio de Janeiro, Espírito Santo e demais Estados — dos recursos que os entes públicos receberem do pré-sal devem ser aplicados em ciência, tecnologia e educação. Mas isso virá como uma bandeira para dar sustentação ao Relator, quando o projeto for votado em plenário.

Dr. Gláucio, vou agora usar a experiência que vivo em meu Estado. O valor da bolsa está pequeno demais. Tanto que lá no Estado nós estamos fazendo o seguinte: quando o recurso vem direto do CNPq com o valor já estabelecido, nós estamos tentando dar um complemento, porque ele é muito pequeno. Precisa pensar no aumento do valor dessas bolsas, não sei se talvez diminuindo até o número dos atendidos *versus* a qualidade. Temos que pensar melhor a questão, para não ser uma coisa antipática.

O problema do alcance. Eu destinei este ano 6 milhões das minhas emendas individuais exclusivamente para a área de incentivo à bolsa de estudo. Metade diretamente ao CNPq e a outra metade ao Governo do Estado, para fazer o complemento.

Qual é o problema? Os mestres e doutores autorizados pelo CNPq são muito poucos, porque precisam ampliar as outras instituições que também têm mestres e doutores — o Instituto Federal, a EMBRAPA, quem tiver. Eu estou pedindo a V.Exa. que, por favor, nos atenda, porque se não atendermos esse pleito o programa vai minguar em nosso Estado. E eu acredito que nos demais a situação é muito parecida.

Tenho uma proposta a fazer, Sr. Presidente — se V.Exa. e a Comissão concordarem comigo. Em minha opinião — eu sou geógrafo; e, dentro da geografia o que eu mais estudo é geopolítica; esqueço a parte agrária, a parte das cidades, especialmente as ciências físicas da geografia —, a Amazônia perdeu espaço político, econômico e outros mais. O que a está salvando um pouco e a área do



Ministro Antonio Raupp. E eu pretendo apresentar um requerimento, e espero que esta Comissão o aprove, a fim de convidarmos os nove Governadores exatamente para esta mesma conversa com o Ministro e com os membros desta Comissão, e definirmos a importância de os Governadores colocarem também a sua contrapartida.

É esta a minha contribuição.

Eu agradeço a todos a atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Deputado Sibá.

Quero até complementar a sua colocação com a pergunta sobre quais Estados brasileiros ainda não têm Fundação de Amparo à Pesquisa. Este é um ponto importante. Só Roraima não tem? Roraima e Rondônia são os dois únicos que não têm?

**(Não identificado)** - Tocantins já tem. Fiquei satisfeito de saber que o Acre já tem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - No Acre está criado.

**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - A posse do Secretário será na próxima semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Está ótimo.

É de fundamental importância. Em Minas, 1% da receita do Estado tem que ser aplicado na área.

**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - Eu pergunto a V.Exa. se o percentual está na Constituição Estadual ou em lei ordinária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Na Constituição. Foi estabelecido na época em que eu era Governador. Nós negociamos com a comunidade científica. Era 3%. O Governo não conseguia cumprir. Então, baixamos para 1%, e chegamos a 1% de maneira escalonada — 0,6, 0,7, 0,8. Hoje é 1%. Está na Constituição e tem sido cumprido.

Deputado Ariosto Holanda com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Sr. Presidente, inicialmente, gostaria de cumprimentar o Ministro Raupp e dizer que a Presidente Dilma foi muito feliz quando o escolheu para suceder o Ministro Mercadante.



Eu conheço o Ministro Raupp de alguns encontros na área de ciência e tecnologia, desde a época em que ele estava no INPE, na SBPC ou na Agência Espacial Brasileira e também de em alguns encontros na ABIPTI.

Na ABIPTI, nós tínhamos os Institutos Tecnológicos, e aqui vem uma pergunta muito a propósito: como resgatar o papel dos Institutos Tecnológicos da década de 80, se não me engano, em que havia participação importante do IPT, do CETEC de Minas Gerais, do CENTEC do Rio Grande do Sul, do ITEP de Pernambuco? O CEFET da Bahia está fechado. Esses institutos, hoje extremamente abalados, tiveram um papel importante naquela época no apoio tecnológico às indústrias.

O Lynaldo Cavalcanti, na ABIPTI, teve um papel importantíssimo ao tentar resgatar os Institutos Tecnológicos. Eu não sei que fim levou os Institutos Tecnológicos. Seria importante ver como resgatá-los.

Quero cumprimentar o Presidente do CNPq, Glaucius Oliva, parabenizando-o pelo excelente trabalho, pelos programas Ciências para Todos e Ciência sem Fronteiras. Quero dizer que tivemos a oportunidade de publicar pela Câmara o trabalho *Marcos Históricos*, em que, na página 93, homenageamos os 60 anos do CNPq. Homenageando como? Apresentando uma minibiografia daqueles que fizeram e estão fazendo essa instituição. Graças a ela, o Brasil hoje ocupa a décima terceira posição em publicações. Graças a esses maestros, como eu os chamo, que estiveram e estão à frente do CNPq. Aí está o Lynaldo Cavalcanti, que teve um papel muito importante. Foi uma maneira de esta Casa homenagear os que fizeram essa instituição. Para mim, é um marco histórico a passagem de todos esses que fizeram a instituição.

Sr. Ministro, V.Exa. sabe que este é um Brasil de muitos brasis. No seu discurso de posse, o que me chamou a atenção foi que V.Exa. ter dito que iria fazer um planejamento estratégico para as regiões mais deprimidas.

Hoje, por exemplo, eu vim de uma comissão da coordenação da bancada do Nordeste em que discutimos o problema da seca. A questão da seca passa pela ciência e tecnologia e pela educação. Eu não aceito que até hoje no Nordeste — o Rogério Marinho conhece isso melhor do que eu — pessoas estejam bebendo água salobra. E aí vai um desafio para o CNPq: como, através de um edital, conseguir



que algum pesquisador desenvolva uma membrana de osmose reversa para tirar a água salobra dos poços lá existentes?

Eu digo sempre que isso nunca foi feito porque pobre não compra membrana de osmose reversa. E existem pesquisadores que poderiam desenvolver isso. Nós estamos vivendo um problema sério da seca, que podia ter sido resolvido há muito tempo. O papel do INPE é importantíssimo nesse processo, porque ele monitora todas as bacias.

O que fazer? Como está instituto da Paraíba, o Instituto do Semiárido? Como é que ele está? Ele tem recursos? Ele tem trabalhos sobre isso?

Aqui se falou em biodiesel. Muitas das nossas plantas xerófilas são propícias à sua produção, como a mamona, o marmeleiro. Há muitas plantas que podem ser exploradas. Nós nunca discutimos um planejamento estratégico da área de ciência e tecnologia do Nordeste.

Quero me somar ao Deputado Sibá. Nós poderíamos fazer um trabalho conjunto Norte e Nordeste e apresentar ao Ministro um planejamento estratégico da área de ciência e tecnologia. A partir de quê? A partir dos recursos que são nossos, do Norte e do Nordeste. Trinta por cento dos fundos setoriais são destinados ao Norte e ao Nordeste. O que estamos pedindo? Pedimos a V.Exa. que seja criado um conselho deliberativo presidido por V.Exa., com as instituições que o assistem e com as instituições do Nordeste e do Norte, universidades, institutos federais. Todos esses têm um papel importante nesse processo, para que possamos definir a aplicação dos recursos.

No último trabalho que fiz, eu verifiquei que no Nordeste existe um descompasso muito grande entre as regiões. Há três ou quatro Estados que concentram os recursos dos fundos setoriais em detrimento dos demais. Por exemplo, eu me lembro de que Pernambuco conseguiu atingir 150 milhões, a Bahia 140, o Ceará 120, mas o Piauí só ficou com 10, o Maranhão só com 20. Como é que podemos melhorar essa distribuição?

Eu até trocaria, no caso das nossas regiões, a palavra inovação por extensão. Para mim, a terceira perna que falta na política de ciência e tecnologia se chama extensão. É a extensão que transfere o conhecimento que estão nas prateleiras das universidades, que os traduzem para uma linguagem que o povo entende. Para isso,



o papel do CNPq é de grande importância. Tenho conversado muito com o Glaucius sobre isso: instalar um grande programa de extensão. Como fazer com que aquilo que a EMBRAPA desenvolveu possa chegar ao pequeno produtor da Região Nordeste e na Região Norte?

Esse trabalho de extensão leva também à inovação, mas, antes, temos que trabalhar essa extensão, porque ela vai atacar dois analfabetismos presentes principalmente no Nordeste: o analfabetismo funcional — hoje um grande número de brasileiros não tem capacitação para entrar no mercado de trabalho — e o analfabetismo tecnológico das micro e pequenas empresas.

Por sinal, no dia 9 de maio, vamos fazer um seminário para apresentação do 9º Caderno de Altos Estudos do Conselho que trata da questão da extensão. Então, quero aproveitar a oportunidade a fim de convidar V.Exa. para o lançamento desse caderno.

Quando eu levanto essa questão da extensão, eu o faço muita consciência. Por exemplo, a média nacional de analfabetismo é 7%, mas no Nordeste é 17%. E eu queria perguntar ao Glaucius e ao Geraldo Nunes, da CAPES, se há algum plano de regionalização dessas 100 mil bolsas. Se a regra do jogo for edital — eu sempre digo que o edital trata igualmente os desiguais —, vai haver um descompasso muito grande. Eu não sei qual é a regra, mas há alguma reserva de mercado para o Nordeste e para o Norte? Devemos criar mecanismos para mandar esses jovens para lá. Se formos nos basear em edital, a concentração de renda vai se dar, porque os desequilíbrios regionais se dão não pela riqueza, mas pela concentração do conhecimento.

E a maneira de se desconcentrar o conhecimento é mobilizando nossas universidades, nossos institutos. Os institutos federais — uma importante ação do MEC, o Presidente Lula teve a visão de triplicar os institutos federais — estão presentes em 400 Municípios. Se em volta de cada um deles colocarmos 5 centros vocacionais tecnológicos, pois é o centro que faz a extensão, a assistência técnica estaria presentes em 2.500 Municípios. Estou vendo o mapa do Brasil. Se em volta desses 400 institutos federais desenvolvermos ações através das universidades e dos institutos federais será um belíssimo trabalho de extensão neste País.



Tenho uma curiosidade, e o Deputado Rogério deve saber a resposta: dessa equipe da Fazenda, quantos foram bolsistas do CNPq e da CAPES? Por que estão tratando tão mal a ciência e tecnologia com esses cortes? Acredito que quase todos foram bolsistas do CNPq e da CAPES. Gostaria também de saber como está a UAB — Universidade Aberta do Brasil.

Obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Deputado Ariosto Holanda.

Deputado Carlinhos Almeida abre mão da sua fala.

O Deputado Rogério Marinho é o último orador inscrito. Em seguida, passaremos, para o encerramento, a palavra ao Ministro Raupp e aos dois convidados, Dr. Geraldo e Dr. Glaucius.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Obrigado. Tranquilizo V.Exa. e os convidados pois vou falar pouco: apenas 45 minutos.

Na verdade, Sr. Ministro, quando soube que V.Exa. estava aqui — sou suplente da Comissão —, vim da Comissão de Educação, até porque esta é uma oportunidade de saudar a sua presença no Ministério, que mostra uma mudança de comportamento do Governo Federal muito bem-vinda. Início fazendo esse registro, porque V.Exa. é um técnico da área e está num Ministério eminentemente técnico, diria até um Ministério estratégico para o Brasil.

E, ao falar de estratégia, gostaria de fazer uma provocação a V.Exa., no bom sentido, pois acredito que esteja no cerne das políticas públicas dos próximos anos uma preocupação: que País queremos ser.

V.Exa. fez um discurso alentado. Li alguns dados que me chamaram muito a atenção, uma vez que vêm ao encontro à minha inquietação: que somos responsáveis pela formação de 2% dos engenheiros do mundo, 3% dos profissionais de ciências naturais, 7% formados em engenharia e 800 mil graduados no Brasil. O País também responde, segundo dados de V.Exa., com uma política agressiva — esperamos que dê certo — de financiar bolsa de estudo para estudantes no exterior, repetindo o que deu certo em outros países. Temos de imitar o que deu certo, mesmo com certo atraso, mas antes tarde do que nunca.



Na sua primeira resposta ao Deputado que me antecedeu, V.Exa. falou sobre a necessidade de se fazer um trabalho de reforço nessas bolsas e no sistema superior, no número de doutores que estamos fazendo, para termos uma base sólida para o desenvolvimento da inovação, da indústria etc.

Pergunto a V.Exa.: estamos discutindo — e esta é a provocação — o Plano Nacional de Educação, um plano decenal. Vejam que beleza! A estratégia dos próximos 10 anos ultrapassa o limite cronológico de três governos — dois e meio —, a visão de futuro que o Brasil está tendo. Nessa discussão, para mim, está havendo um descompasso entre os diferentes Ministérios do Governo Federal e a própria sociedade. Estamos discutindo, por exemplo, o ensino médio e o ensino superior — e V.Exa., com muito acerto, está fazendo uma política de correção nos rumos. No ensino médio, o Governo está propondo, pelo menos o Relator expôs isso, trabalhar de forma muito forte o ensino médio integrado. O que é o ensino médio integrado? Esse é o jargão? Esse é o objetivo do Governo.

Ora, 85% das matrículas estão no ensino público e 15%, no ensino privado. Em nosso Estado do Rio Grande do Norte — não vou falar do Ceará, do Deputado Ariosto, que sempre é uma referência para nós como decano e como profundo conhecedor da área —, segundo estudo feito pelo próprio MEC, pelo Todos pela Educação, apenas 1,6% dos estudantes do ensino médio nas escolas públicas, ao terminar o terceiro ano do ensino médio, tem a condição adequada de conhecimento, a proficiência mínima em Matemática. Apenas 1,6%! De 100, menos de 2.

Se considerarmos quem entra no início do ensino fundamental — porque pau que nasce torto morre torto —, na primeira série do ensino fundamental, de cada 100 alunos, no Estado do Rio Grande do Norte, apenas 12 chegam ao terceiro ano do ensino médio sem distorção idade-série. Desses, apenas 3 vão para a universidade — 3! Esse é um dado recente, de 2010, do PNAD.

Qual é a provocação que faço a V.Exa.? Qual é o Brasil que nós queremos? Eu fiz uma pergunta aqui, até brincando. Eu disse: *“Por que não colocamos todas essas bolsas em Engenharias? Por que não colocar tudo em Exatas?”* Aí V.Exa. respondeu, de maneira mais rápida: *“Não, porque temos a isonomia”*.



Ora, nós temos 50 mil doutores. Quantos desses doutores são de ciências exatas? Quantos estão produzindo, de verdade, alguma coisa que tenha consequência prática diante das necessidades do País em inovação, em desenvolvimento, em formação de engenheiros e técnicos preparados para enfrentar o desafio do desenvolvimento sustentável, a médio e longo prazo?

Nós temos institutos técnicos de excelência. Existem 9,5 milhões de estudantes matriculados no ensino médio, 90 mil nos institutos, 1% da oferta no ensino médio no Brasil — 1! —, mas há uma propaganda enorme. Agora, o PRONATEC está indo ao encontro dessa perspectiva, porque o Governo, em boa hora, entendeu que a iniciativa privada é um grande parceiro, tem de ser agregada para tentarmos aumentar o número de vagas.

Mas que escola técnica é essa que temos no ensino médio integrado? Em vez de formarmos técnicos para o mercado de trabalho, formamos novos universitários. Quer dizer, temos um ensino ao qual é agregado o ensino convencional médio e o ensino profissionalizante. Nos institutos de tecnologia de excelência, nós gastamos 7.500 reais *per capita*-ano contra 2 mil, em média, no ensino médio tradicional.

Então, eu pergunto a V.Exa., numa provocação bem-humorada, evidentemente, com todo o sentimento de brasilidade que nós move: por que os setores do Governo não conversam mais entre si, de forma mais fina, para que tenhamos um projeto de País?

É o que o Deputado Sibá disse há pouco, permita-me o parêntese: aqui não se está discutindo um governo, não se está discutindo um partido. Aqui, nós estamos discutindo o País. Que País nós queremos? Nós queremos um País com técnicos, com a nossa juventude tendo oportunidade e um ensino de qualidade ou um País com um ensino médio — acho que o Deputado amigo Ariosto pode falar por mim —, segundo o Conselho Nacional de Educação, com 14 disciplinas obrigatórias e mais 5 transversais, 19 matérias? Faltam 250 mil professores de Química, de Biologia, de Matemática, de Inglês. Nós fingimos que ensinamos e eles fingem que aprendem. Na verdade, há um grande *apartheid* social: quem tem dinheiro, coloca o filho numa escola de excelência e ele vai adiante. Os poucos alunos excepcionais, talentosos que estão na escola pública, conseguem sobreviver, têm um bom ensino





e vão para uma universidade ou entram no instituto de tecnologia do Governo Federal. Mas com seleção, só entram os melhores.

É esta, então, a provocação que faço a V.Exa., com todo o sentido de brasilidade.

Vamos conversar mais. Os setores do Governo precisam conversar mais entre si, os Ministérios da Educação e de Ciência e Tecnologia, para prepararmos o Brasil que todos nós queremos.

V.Exa. e a sua equipe merecem da nossa parte congratulações. Estamos começando a nos mover. Esse grande paquiderme que é o nosso país está começando a seguir o caminho certo, quando estimulamos a nossa juventude a sair, a aprender e a voltar aqui e aplicar aqui os conhecimentos adquiridos lá fora.

Obrigado a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Deputado Rogério Marinho.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Marco Antonio Raupp.

**O SR. MINISTRO MARCO ANTONIO RAUPP** - Sr. Presidente, inicialmente, refiro-me a um assunto abordado tanto pelo Deputado Ariosto Holanda, quanto pelo Deputado Sibá Machado, o planejamento estratégico em âmbito regional.

Esta é foi questão explanada pelo Deputado Ariosto Holanda acho que nos primeiros dias em que assumi, da necessidade de recursos em âmbito federal destinados para esse objetivo. Esta semana também tive reunião no CONSECTI em que abordamos a questão, muito estimulados pelo Odenildo Sena, Secretário do Amazonas, mas voltado para a Amazônia. Mas o problema é o mesmo. Por que não termos uma visão estratégica das questões regionais e parceria com os Governos dos Estados?

Sou francamente favorável a isso. Propus que se estabeleça uma força-tarefa para começarmos a estudar isso. Agrego que temos essa prática de parceria com os Governos Estaduais, com as fundações estaduais de apoio à pesquisa para apoiar os projetos em conjunto. No fundo, o de que está se tratando é planificar isso num prazo razoável de tempo e executarmos uma política conjunta. A minha visão é que se defenda que ciência e tecnologia seja uma política de Estado. Aí é que a coisa se concretiza, porque a diversidade política institucional do Brasil está presente nos



vários Estados. Ter uma política de Estado é ter capacidade de trabalhar junto com os Estados. Na prática, é isso.

Sou francamente favorável. Estou determinado a seguir em frente com suas apresentações e também do CONSECTI.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Ministro, eu me esqueci de falar que esta Casa aprovou o Projeto nº 7.394, que hoje está no Senado como o PL nº 120, que define os recursos para extensão. Quero pedir o apoio político de V.Exa. para votamos esse projeto. Os recursos vão dar qualquer coisa da ordem de 400 milhões, 500 milhões. Quem poderia ser bem beneficiado? O CNPq e outras instituições. São recursos que iriam para o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Esse projeto está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para ser votado. Acho que uma ação do Ministério poderia ajudar na tramitação rápida desse projeto.

**O SR. MINISTRO MARCO ANTONIO RAUPP** - Perfeitamente. Entendo perfeitamente o desafio da extensão, que acaba implicando inovação. Aliás, inovação em ciência e tecnologia são várias faces de uma mesma moeda. Temos que trabalhar todas elas. Não dá para dizer que inovação vai ser feita só pela ciência, só pela extensão, só por atividades dentro da empresa. Essas coisas todas têm que interagir e criar um ambiente cooperativo que vai determinar o sucesso, ou insucesso, se não tiver esse ambiente cooperativo, porque depende um do outro. Acho que não teríamos sucesso aí.

Podemos pensar mais nisso.

Institutos tecnológicos. Não sei exatamente qual a situação. Acho que muitos, talvez, estejam desativados, como V.Exa. disse. Mas existe um número razoável deles que estão envolvidos na política do MCT. Por exemplo, no Programa SIBRATEC, com as várias atividades previstas pelos institutos — procuramos coordenar ações desses institutos — e também na EMBRAPI. Três institutos foram selecionados para fazer o projeto-piloto da EMBRAPI, um grande desafio para nós, do Ministério. A EMBRAPI significa articular a demanda empresarial com a oferta, entre outras, ofertas geradas nesses institutos.

Então, temos grandes desafios. Não sei qual é a extensão da desativação desses institutos, mas contamos com os que estão ativos nessa parceria com os



Governos dos Estados. Essa é outra coisa que tem que ser disseminada, tem que estar presente em todo o território nacional, nos Municípios e nos Estados. E essas organizações precisam ter presença lá. Não vamos inventar a roda. Temos de usar o que está aí. Vamos capacitá-los, precisamos ter política para capacitá-los.

No que se refere à questão do Deputado Sibá Machado, os desafios, o Código da Ciência, obviamente, é um grande desafio. Temos que fazer uma grande parceria com o Congresso Nacional para a aprovação de algum tipo de regulamentação, principalmente no relacionamento, como observei, das instituições de pesquisa — na sua grande maioria são instituições públicas — com as empresas. Senão, não tem como. O caráter desse relacionamento é de parceria e não de compra. A legislação que temos não é adequada. Temos que trabalhar nesse particular também.

Apoio dos Governadores para a política, isso buscamos sempre. Estou falando em fazer um planejamento conjunto. O apoio dos Governadores pode se manifestar de várias formas. Se os Estados tiverem fôlego para também participar do Ciência sem Fronteiras, bem-vindos. Estamos aceitando apoio da Vale, de empresas internacionais dos Estados Unidos. Por que não dos Estados? Acho isso perfeitamente viável. Aí, seria um acordo direto com os executores, CNPq e CAPES, num determinado momento. A implementação desse programa com sucesso também é um grande desafio. Vamos fazer passo a passo, vamos usar as disponibilidades que existem e, se faltar e se acharmos que o programa tem que ser ampliado, talvez uma boa ideia seja chamar os Estados, pelo menos os Estados mais ricos, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, para participarem desse esforço. Por que não?

Ciência sem Fronteiras a distância? Não sei. Tenho minhas dúvidas quanto a isso. Passei por uma grande descrença — sou um cara conservador, sou antigo — em relação a ensino a distância, depois de participar do programa do Rio de Janeiro — eu atuava no Rio de Janeiro, morava lá. O sistema acabou sendo o mesmo modelo implantado agora na Universidade Aberta do Brasil. Acredito que isso possa ser feito, mas vamos esgotar as possibilidades à nossa disposição. Agora, o que temos que fazer é botar para funcionar plenamente o ensino presencial desse pessoal das universidades americanas. Se tivermos depois, a partir de um número



suficiente, podemos explorar outras possibilidades. Está no mesmo nível das parcerias com os Governos de Estado. São possibilidades para o futuro que admito, mas temos desafios imediatos aqui.

A provocação do Deputado Rogério Marinho, no fundo, diz respeito à qualidade do ensino. Em todas as provocações, ele está questionando se vamos parar com o me-engana-que-eu-gosto, se vamos encarar o que tem valor para a sociedade, efetivamente, nesses sistemas todos aí. Estou usando um linguajar mais simplório, mas que caracteriza o que o Deputado está querendo dizer. Sou a favor também de conteúdo, de ver o que têm de conteúdo os pacotes que inventamos, que compramos ou que criamos. Nos ensinos elementar e médio, por exemplo, a sociedade brasileira teve um grande avanço, a universalização do acesso. Hoje, qualquer pessoa de todas as classes sociais, por mais humilde que seja, tem escola à disposição. O problema é o que está acontecendo dentro delas, como eles saem das escolas. Eles saem educados da escola? É aí que mora a nossa deficiência.

Esse é outro grande desafio, a qualificação no ensino fundamental. Isso tem implicações quando olhamos para a outra ponta, o ensino universitário. Já existem colocações com relação à análise dessas ofertas de vagas

Isso tem implicações, quando você olha lá na outra ponta: o ensino universitário. Já existem colocações com relação à análise dessas ofertas de vagas no ensino superior. Mas, se não trabalharmos o ensino médio também, essas vagas vão ser ocupadas. E por quem? Para continuar a baixa qualidade? Não é isso o que queremos. Temos que encarar com coragem essa questão dos ensinos elementar, médio e técnico. Temos tendência ao bacharelismo na cultura nacional. Criamos um curso técnico, e o curso técnico começa a levar para o lado de ser uma universidade, com bacharelados, etc. Está tudo na linha do que o Deputado está falando. Temos que evitar isso. Da minha parte, Deputado, você tem um defensor de que encaremos o problema, olhando os conteúdos reais das coisas. Vamos parar com esse negócio: o invólucro do pacote não interessa; o que interessa é o que está lá dentro.

Vamos ter coragem de fazer análise de mérito. Acho que um sistema de avaliação para esse ensino é um ponto de partida para termos os mecanismos para intervir na questão da qualidade. Tem que ser um sistema de avaliação disponível



para a sociedade. Não é o Governo analisando a qualidade das ações do próprio Governo; é a sociedade analisando as iniciativas do Governo. Então, esse sistema de avaliação da qualidade tem que estar nas mãos da sociedade. Essa é uma necessidade, senão não ultrapassamos isso. Não podemos criar sistemas em que o sujeito bate *corner* e cabeceia. Tem que um bater o *corner*, outro cabecear, e com um técnico que avalia o que está acontecendo dentro do campo. O técnico é a sociedade, no que estamos falando aqui, que tem de avaliar esses projetos.

Acho que temos grandes desafios. É uma postura nossa, uma postura cultural, e temos que ter a postura adequada aí. E meter o dedo na ferida; a sociedade é que tem que fazer isso. Sou membro da sociedade. Minha parte eu faço. Acho que todo mundo tem que fazer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Ministro Marco Antonio Raupp.

Ainda nessa área de recursos, Ministro, comentei rapidamente com o senhor aqui que a Comissão aprovou, semana passada, um projeto que já tinha sido aprovado no Senado, do Senador Paulo Paim, para utilização dos recursos do FUST, 30% do FUST, para a área de ciência e tecnologia. Como se sabe, o FUST já arrecadou até hoje cerca de 11 bilhões de reais, que estão no Tesouro fazendo superávit primário. O Governo não conseguiu usar, os Governos não conseguiram usar o FUST até hoje. Então, a sua assessoria parlamentar bem que poderia nos ajudar nesse processo. Falta aprovar agora na Comissão de Constituição e Justiça. O mais importante era a Comissão de mérito, que é esta, e na Comissão de mérito isso já foi aprovado. E, uma vez aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, estaremos com ele em condições de ir para a Presidência da República, para sancionar.

**O SR. MINISTRO MARCO ANTONIO RAUPP** - Muito obrigado. Louvo essa iniciativa da Comissão. Todo o nosso Ministério estará à disposição para auxiliar no trâmite desse assunto aqui.

Um dos problemas, como falei no meu discurso, um dos desafios agora é um sistema de financiamento de ciência e tecnologia que tenha permanência. Tem de ser permanente, para dar garantia.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Exatamente. Ele é ligado à área de telecomunicações.

**O SR. MINISTRO MARCO ANTONIO RAUPP** - Esses projetos de que falo aqui, se os senhores fizerem as continhas direito sobre o que estamos pretendendo fazer, eles não cabem no FNDCT. Basta somar as parcelas e verificar que no FNDCT eles não cabem. Por isso estamos falando que novos mecanismos de financiamento são importantíssimos! Então, essa iniciativa é louvável, totalmente louvável.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - O Rogério quer fazer mais uma pergunta.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Só uma informação, Ministro, porque o senhor chegou ao Ministério recentemente.

Em 2010 o Secretário-Executivo do Ministério, à época, esteve em todas as bancadas e fez um apelo, como V.Exa. está fazendo agora...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Pronto! Ele é o arquivo vivo! Ele esteve em todas as bancadas fazendo um apelo para que nós, Deputados, fizéssemos uma complementação, através das emendas de bancada e individuais, no esforço de melhorar o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Existia, inclusive, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, daquele ano, a proibição do contingenciamento desse recurso. Eu, por exemplo, acreditei. Eu destinei 50% dos meus recursos de emendas individuais à ciência e tecnologia. Defendi, na bancada, uma emenda de bancada de quase 50 milhões. No ano seguinte, o primeiro ato foi a “tesoura”.

Então, estou me referindo a isso porque a história é cíclica e nos ensina. Tenho certeza de que V.Exa. vai contar com esta Comissão, com os brasileiros que estão querendo o crescimento do País, para que isso não se repita, porque já ocorreu no primeiro ano deste Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Concedo a palavra ao Dr. Geraldo Nunes, representante da CAPES, para suas considerações finais. Depois encerrarei esta audiência.



**O SR. GERALDO NUNES** - Sr. Presidente, Deputado Eduardo Azeredo, Srs. Deputados, nas minhas considerações finais, destacarei alguns pontos abordados aqui. Começo com o que foi dito pelo Deputado Sibá Machado, que infelizmente se retirou da reunião por outras razões de seu trabalho. A CAPES já criou um mestrado voltado para professor do ensino básico, chamado PROFMAT, que com a Sociedade Brasileira de Matemática criou um mestrado a distância, que está capacitando professores do ensino básico em Matemática. Futuramente, poderemos expandir para outras áreas, particularmente de ciências, que é um dos calcanhares de Aquiles do ensino básico brasileiro.

Além disso, uma das primeiras demandas do Ministro Aloizio Mercadante à CAPES, logo que assumiu o seu cargo, considerando o sucesso, o arrojo do Programa Ciência sem Fronteiras, foi encomendar um programa, o qual ele batizou — estou com o esboço desse programa nas mãos — de Escola sem Fronteiras, voltado especificamente para o ensino básico, para capacitação de professores.

Gostaria de fazer uma referência à sugestão de se criar doutorados para os professores, por exemplo no Acre. É cruel dizer isso, porque isso parece com a história do seringueiro. Se houver um professor do ensino básico com doutorado, fatalmente ele não vai ficar no ensino básico. É cruel dizer isso, porque, certamente, ele vai ter oportunidade imediata de ganhar muito mais fora do ensino básico.

Então, é cruel. Volto a dizer: parece a história do seringueiro. Não podemos capacitar. Existem outras precondições que precisam ser atendidas para que possamos avançar nesse sentido.

Quanto à questão do Deputado Ariosto Holanda, que é um grande defensor dos estudos tecnológicos, particularmente vinculados aos Estados, ele tem toda a razão. O estudo tecnológico detém a expertise das questões estaduais. Eles trabalham afinados com aquelas demandas dos Estados. Isso é algo que realmente não poderíamos perder. Deveríamos potencializar esses estudos porque eles trabalham voltados para o Estado. Eles têm um histórico de aderência dos seus trabalhos aos problemas dos Estados.

Realmente, é algo que merece atenção especial. Eu diria que isso passa por uma questão muito pessoal. O Prof. Lynaldo Cavalcanti, ex-Reitor da Universidade Federal da Paraíba, que o Deputado Ariosto Holanda conheceu tão bem — trabalhei



com ele na Universidade Federal da Paraíba —, tinha essa visão. Ele, realmente, era um empreendedor; foi Presidente do CNPq, e tinha essa visão. Quando Secretário Executivo da ABIPTI, ele deu uma expressão muito grande ao instituto, que, infelizmente, está em decadência e precisa ser resgatado.

Eu soube, na visita que fizemos à Coreia, de uma experiência coreana muito interessante. A Coreia, desde 2007, juntou educação, ciência e tecnologia em um Ministério. Mas trata-se de educação integral, não apenas de educação superior, porque lá educação é sistêmica. Ele juntou ciência, tecnologia e educação em um Ministério, criou o Ministério da Economia do Conhecimento. Colocou todos os institutos, no regime federativo, dentro desse Ministério. Os institutos estão voltados para a economia.

O Ministério da Coreia chama-se Ministério da Economia do Conhecimento. Trata-se de uma experiência interessante. Não é um regime federativo, pois a Coreia não é federativa. É um regime centralizado. Todos os institutos tecnológicos que trabalham com a vinculação do desenvolvimento tecnológico com a economia estão nesse Ministério.

Quanto à regionalização, Deputado, sinceramente, isso transcende a minha competência. O programa, como foi gestado, proposto, estruturado, não contempla a regionalização. Acho que o Prof. Glaucius pode discutir. No momento, ele não contempla. Eu reconheço esses problemas abordados pelo senhor.

Agora, eu quero me referir ao pronunciamento do Deputado Rogério Marinho, rapidamente. Essa é uma tragédia nacional, e talvez o Dr. Carlos, com todos os seus conhecimentos, não pode estabelecer um mecanismo para nós, 100, 12 e 3, parecido com o da Paraíba. Até nisso a Paraíba se parece com o Rio Grande do Norte! Além de gostar de jerimum, também tem os mesmos dados. A Paraíba está nessa mesma catástrofe. E não podemos colocar isso debaixo do tapete. Mesmo nas nossas discussões, já estamos discutindo aqui ensino superior. A questão da ciência e tecnologia brasileira é um caso de sucesso da educação brasileira. Mas isso aqui é um caso de fracasso.

Concordo plenamente com o Deputado: precisamos nos voltar para essa temática. Eu diria até que nossos partidos, o PSB, Deputado, poderiam estabelecer





para nossos futuros prefeitos, por exemplo, que eles se submetam ao IDEB. Ele chega à Prefeitura com o IDEB “X”. Queremos alcançar o IDEB “Y”, para cima, claro.

Poderíamos pensar nisso nas próximas reuniões a que eu comparecer. Vou tentar colocar indicadores da educação básica, que os nossos políticos deveriam buscar.

Bom, era isso, Sr. Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Dr. Geraldo Nunes.

Com a palavra o Dr. Glaucius.

**O SR. GLAUCIUS OLIVA** - Vou apenas, agradecendo a oportunidade, fazer dois comentários sobre a questão regional, que eu considero da maior importância.

O CNPq já, há vários anos, eu diria 8 anos, consciente de que editais nacionais não são a única solução para se resolver o grave problema de desigualdades regionais que temos no Brasil, passou a fazer descentralização de vários de seus editais. Por exemplo, não fazemos mais um edital PRONEX — Programa de Núcleos de Excelência no CNPq. Ele é feito nos Estados. Nós descentralizamos recursos; o Estado tem que colocar uma contrapartida e o edital é lançado no Estado, com foco nos temas do Estado e avaliação cooperativa, colaborativa. O CNPq ajuda na avaliação, mas os temas, a temática são locais.

A mesma coisa com o Programa de Núcleos Emergentes. A mesma coisa com programa de Primeiros Projetos, para professores jovens, que estão começando na sua carreira. A mesma coisa com edital para Desenvolvimento Científico Regional, as Bolsas DCR. As próprias Bolsas de Iniciação Científica Júnior foram descentralizadas para as Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais.

E, no caso do Ciência sem Fronteiras, vou só fazer uma primeira correção, Geraldo. Nós já estamos fazendo uma cooperação. O edital para jovens talentos e pesquisadores visitantes especiais, aquele para atrair pessoas, já foi um edital CNPq — CAPES — FAPs. Ou seja, nós recebemos as inscrições; só que agora as fundações de amparo estão nos ajudando a selecionar os candidatos de seus Estados, jovens talentos e grandes pesquisadores.

Precisamos pensar num mecanismo, que já fizemos, com a descentralização das bolsas para os programas PIBIC. Por exemplo, lá no Acre, os bolsistas que já



foram pelo Ciência sem Fronteiras para fora, foram com bolsas atribuídas aos Programas de Iniciação Científica, que atribuímos a todos os Estados, inclusive os Institutos Federais. Mas poderíamos pensar numa participação maior com as FAPs. Eu entendo que isso vai ser um grande objetivo para o futuro.

Com isso eu agradeço. Acho que estamos vendo uma convergência de objetivos e de interesses e ficamos absolutamente satisfeitos em ver o Congresso Nacional preocupado e alinhado com essas preocupações do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - E os bolsistas da Fazenda?

**O SR. GLAUCIUS OLIVA** - Os bolsistas da Fazenda?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Quantos têm da Fazenda?

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Quantos bolsistas antigos do CNPq estão se dirigindo à Fazenda Nacional?

**O SR. GLAUCIUS OLIVA** - Ah! Eu posso encontrar isso aí.

Outro dia falei disso com o Presidente da FEBRABAN, Murilo Portugal, que é um ex-bolsista nosso. Fez mestrado, doutorado no exterior e, depois, voltou para aqui. Desde a iniciação científica havia a bolsa do CNPq.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - E por que estão tratando tão mal o nosso Ministério?

**O SR. GLAUCIUS OLIVA** - Pois é. Esta é a pergunta que vale 1 milhão, como disse o Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Tivemos aqui a presença de mais de 20 Deputados, que passaram em diversos momentos na Comissão.

Quero realmente agradecer muito a presença do Ministro Marco Antonio Raupp, do Dr. Glaucius Oliva, Presidente do CNPq, do Dr. Geraldo Nunes, Diretor da CAPES, e a presença de todos os senhores que aqui ficaram. Já são 13h40min, e está na hora de almoçar.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a reunião.